

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2025

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco pelas dez horas e dez minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Carla Alexandra Cardoso Monteiro e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora secretária Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Hélio Manuel de Melo Vieira • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Manuel Machado Enes • João Paulo da Costa Moniz • José Miguel de Freitas Toste • Leandra Milagres Cota Mendes Meneses • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Melissa Borges Ávila • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Rita Belo Santos • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Sandra da Silva Mendes • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo • André Melo Castro • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • César Alexandre Pacheco Medeiros • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • Luís Carlos Cota Soares • Luís Manuel Mendes Leal • Luís Miguel Melo Machado • Luísa da Costa Barcelos • Magda Patrícia Ferreira de Ávila • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Michéle Soveta Aguiar • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Paulo Duarte Gomes • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel • Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Maurício Manuel Lima Toledo • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

A senhora deputada municipal Carla Alexandra Cardoso Monteiro assumiu as funções de 1.ª secretária da Mesa.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 1.ª sessão ordinária do dia 21 de fevereiro de 2025 foi aprovada por maioria com seis abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

▪ **Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:**

- Um ofício com um Voto de Pesar pelo falecimento do doutor José Barbeito.
- Um ofício com um Voto de Congratulação à Quinta do Martelo pela distinção internacional atribuída pela *Luxury Lifestyle Awards*.
- Um ofício relativo ao Voto de Congratulação pelos cinquenta anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho.

▪ **Do Chefe de Gabinete do senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática:**

- Um ofício a agradecer o Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, que foi aprovado por unanimidade na última sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

▪ **Do CHEGA Açores:**

- Um ofício com um Voto de Congratulação a Paulo José Vieira da Silva pelos resultados alcançados no “3.º Campeonato Internacional COM Asas do Atlântico” que decorreu na ilha Terceira em 2024.

▪ **Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal um pedido de renúncia do senhor deputado municipal Carlos Costa Neves.**

▪ **Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal um pedido de renúncia do senhor deputado municipal José Miguel Toste, como representante eleito pela Assembleia Municipal no Conselho de Ilha da Terceira.**

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Munícipe Bento Barcelos – Cumprimento o senhor presidente e as senhoras secretárias da Mesa da Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara e demais vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais.

Venho fazer aqui um agradecimento na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Tal como no contexto social e familiar, entendo que este gesto de gratidão deve também ser expresso no contexto da nossa vida pública e política.

Esta Câmara Municipal entendeu inscrever um financiamento para uma obra fundamental, que foi a reconstrução da igreja do antigo Convento das Concecionistas e antigo

Hospital da Misericórdia de Angra do Heroísmo, um imóvel que estava em ruínas desde 1 de janeiro de 1980. Esta inscrição foi aceite e aprovada em reunião do executivo camarário, assim como foi também aceite e aprovada nesta Assembleia Municipal. A obra foi lançada em maio de 2021, no auge da pandemia, e inaugurada a 7 de dezembro de 2023 nas comemorações dos quarenta anos da classificação da cidade de Angra do Heroísmo como património mundial pela UNESCO.

Tivemos a oportunidade de fazer este agradecimento através de documentos públicos em eventos organizados pela Santa Casa da Misericórdia e eu, na qualidade de provedor, propus que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo fosse considerada uma entidade irmã benemérita da Santa Casa, o que mereceu a aprovação unânime da parte da Mesa Administrativa da Assembleia Geral. Aproveito a oportunidade para cumprimentar a minha colega mesária, a doutora Marília Vargas, que também o fez.

Tal como foi aqui apresentado em sessão solene no dia 21 de agosto de 2023 nas comemorações da elevação de Angra do Heroísmo a cidade, este município passou a ser uma entidade benemérita da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Todas estas iniciativas foram adequadas e justas e impunha-se-me expressar também aqui este agradecimento pela minha própria voz, o que não pude fazer antes por razões de agenda, não me tendo sido possível estar aqui presente nas datas em que foram realizadas as sessões desta Assembleia Municipal. Ontem, ao tomar conhecimento que hoje ocorreria esta 2.ª sessão ordinária, achei que seria a altura devida, até por se tratar do último ano do atual executivo camarário e porque foi neste mandato autárquico que se concretizou o financiamento para a realização desta obra.

Expresso o meu agradecimento de forma sentida, respeitosa e muito reconhecida. Sem este impulso financeiro num orçamento global de 1,4 milhões de euros que abarcou a reconstrução de toda a igreja, a sacristia e também arranjos exteriores, teria sido muito difícil para a instituição assumir esta obra. Passados quarenta anos, foram, de facto, tomadas decisões com visão política, cultural e patrimonial na reconstrução desta Igreja das Concecionistas e da nossa vizinha, a Igreja da Irmandade do Livramento, resquícios do terramoto de 1 de janeiro de 1980. Esta obra complexa surge na sequência de projetos difíceis de concretizar, tratando-se de um imóvel situado na zona classificada de Angra.

Foi concretizada uma etapa mas a obra não está terminada, dado que o seu espólio artístico, sacro e religioso está parcialmente recuperado e depositado em instalações da Santa Casa. Importa ainda recuperar a larga maioria desse espólio e proceder à sua instalação na igreja para que assuma a sua função de culto e se possa exercer uma das obras da Santa Casa da Misericórdia, que é celebrar os atos fúnebres e enterrar dignamente os mortos.

A Santa Casa da Misericórdia faz questão de expressar o seu agradecimento perante este plenário, o executivo camarário e as senhoras e os senhores deputados municipais, e que o mesmo conste em ata para memória futura.

Esta tarefa hercúlea ainda não terminou. No passado dia 18 de fevereiro foi lançada a primeira pedra para a reconstrução do restante convento e antigo Hospital da Misericórdia,

onde será instalada uma Unidade de Cuidados Continuados para pessoas com demência. Foi lançada a primeira pedra e a obra iniciou na semana seguinte.

Agradeço mais uma vez a vossa atenção e peço desculpa pelo tempo que vos tomei mas, em consciência, entendi que deveria deixar aqui expresso este agradecimento ao senhor presidente da Câmara, às senhoras e aos senhores vereadores e também às senhoras e aos senhores deputados municipais, a todos os que propuseram e aprovaram os orçamentos que contemplaram estes financiamentos. Em nome da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, um bem-haja a todos com os desejos de muita saúde e sucesso nas vossas vidas. Muito obrigado.

Aplausos.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia Municipal, senhores membros do executivo municipal.

Umhas breves palavras para agradecer o gesto da Santa Casa da Misericórdia e do seu provedor. Falo em nome de todos os membros do atual e de anteriores executivos, já que este processo teve início em mandatos anteriores. Esta colaboração foi sempre considerada uma obrigação nossa porque, para se ser património mundial, não basta possuir um título e um rótulo, é também necessário um conjunto de obrigações de conservação e de manutenção do património, que passa exatamente por este tipo de ações.

Agradeço também a maneira cordial e eficiente como todo este processo foi tratado pela Santa Casa da Misericórdia. A Câmara Municipal foi a entidade financiadora, mas houve muito trabalho e um grande esforço da parte dos órgãos da Santa Casa no sentido de se concretizar esta obra, muito complexa e difícil, como muito bem referiu o senhor provedor.

Fica aqui o meu agradecimento pelo agradecimento e também pela colaboração prestada pela Santa Casa da Misericórdia, sem a qual não teríamos atingido o objetivo de vermos uma peça importantíssima do património de Angra do Heroísmo reposta no seu uso e no seu valor. Muito obrigado ao senhor provedor Bento Barcelos, muito obrigado à Santa Casa da Misericórdia.

Sr. presidente da Mesa – Bom dia senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Como sabem, é na 2.ª sessão da Assembleia Municipal no mês de abril que acontece a aprovação do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e hoje é o último dia em que estes documentos podem ser apreciados, discutidos e votados, existindo também a obrigatoriedade legal de os mesmos serem «carregados» no sistema informático para efeitos de legalização junto do Tribunal de Contas e não só. Como vamos com a hora um pouco adiantada, proponho aos senhores membros da Assembleia Municipal que coloquemos já à discussão o Ponto 1.2 da nossa Ordem de Trabalhos.

Não houve oposição da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

1.2 – Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2024. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da instrução 1/2019 de 6 de março, as quais se encontram elencadas no anexo II e integralmente elaborados.

Os documentos de prestação de contas de 2024 apresentam a seguinte informação:

- O balanço apresenta um ativo no montante de 177 407 960,69 €, um património no valor de 157 532 083,68 € e um passivo no valor de 19 875 877,01 €.
- A demonstração dos resultados apresenta 34 056 813,92 € de rendimentos e gastos no montante de 33 822 090,04 €, o que se traduz num resultado líquido positivo de 234 723,88 €.
- A demonstração dos fluxos de caixa apresenta pagamentos no total de 42 868 565,68 € e recebimentos no montante de 41 980 223,29 €.
- Os mapas de desempenho orçamental refletem um total de despesa paga de 42 544 777,41 € de receita liquidada de 42 918 498,88 €.
- O saldo inicial de operações de tesouraria ascendia a 238 625,72 €, enquanto o saldo inicial de operações orçamentais ascendia a 1 361 805,24 €. O saldo final de operações de tesouraria ascende a 338 367,10 € e o saldo final de operações orçamentais ascende a 373 721,47 €.
- O valor do saldo de gerência para 2024 é de 373 721,47 €.
- O resultado líquido é 234 723,88 € e este valor é o resultado transitado.

Sr. presidente da Câmara – Quero também pedir desculpas pelo atraso no arranque desta sessão da Assembleia devido a problemas no sistema de som que, aparentemente, estão ultrapassados.

Agradeço ao senhor presidente da Mesa e aos senhores membros da Assembleia Municipal no sentido de se colocar este ponto da Ordem de Trabalhos à discussão o mais cedo possível, não porque hoje seja o último dia do prazo de entrega, mas porque os trabalhadores do município precisam de algum tempo para «carregarem» os documentos no sistema informático. Muito obrigado pela vossa compreensão, o que nos permitirá concluir esta tarefa sem dificuldades e a necessidade de se avançar pela noite dentro.

O município de Angra do Heroísmo apresentou no ano 2024 uma situação financeira de absoluto equilíbrio sem dificuldades na execução da despesa. Considerando apenas o orçamento no sentido estrito do município, temos uma excelente execução na casa dos 93 %.

No que diz respeito à parte do PRR, a execução foi também excelente e muito superior ao que esperávamos, chegando aos 87 %, ou seja, uma excelente execução orçamental, absoluto equilíbrio financeiro e uma redução muito sensível da dívida, sobre a qual importa falar um pouco mais porque esta será a última prestação de contas com esta composição do executivo municipal e da Assembleia Municipal. Dado que a conta de 2025 chegará depois das

eleições autárquicas em que haverá uma nova composição destes órgãos, é importante fazer um balanço global, começando um pouco mais de trás.

Falando dos três mandatos em que aqui estive, a situação de endividamento do município evoluiu de forma muito positiva para um passivo nesta altura de apenas 3 890 131,68 €, sendo 1 160 165,62 € de dívida incluída do município em sentido estrito, um valor inferior aos depósitos que o município tem à ordem. No limite e se assim o entendesse, o município poderia pagar de imediato, ficando sem qualquer endividamento, o que significa que, na prática, atingimos uma situação de não endividamento.

Aproveito para informar que o município já pagou a parte da dívida do Governo Regional que diz respeito à habitação, o que significa que temos a receber 962 191,63 €, ou seja, somos credores do Governo Regional de um valor que o município já pagou. A última vez que recebemos foi o primeiro semestre de 2023, estando em dívida o segundo semestre desse ano, todo o ano de 2024 e já estamos bem entrados em 2025. O valor de cada semestre é de cerca de 320 mil euros, o que significa que neste momento temos a receber do Governo Regional um montante na área da habitação superior à nossa dívida bancária. Se for esse o entendimento, quando receber esse dinheiro da parte do Governo Regional, o município poderá liquidar totalmente a dívida, mas não creio que valha a pena fazê-lo porque, felizmente, temos taxas de juro tão baixas que acabam por ser inferiores à inflação e o pagamento da dívida provavelmente seria um mau negócio.

Foram integralmente pagas todas as obras que foram feitas nestes últimos três mandatos; não ficámos a dever um cêntimo sequer, o que significa que o município tem uma capacidade de endividamento na casa dos 31 milhões de euros. Do ponto de vista financeiro não há nenhuma nuvem no horizonte que impeça o bom funcionamento futuro deste município. Temos um absoluto equilíbrio financeiro e uma situação de endividamento residual e voluntária porque existem os meios para o seu pagamento.

O município de Angra do Heroísmo fez um percurso de integração de todas as suas estruturas paralelas, incluindo os Serviços Municipalizados que já levavam cerca de 91 anos de funcionamento. Neste momento existe uma conta única que reflete todas as nossas responsabilidades financeiras, o que nos deixa numa situação de absoluto equilíbrio financeiro sem quaisquer ameaças.

A situação é também excelente no que diz respeito à nossa participação na empresa intermunicipal TERAMB cujas contas serão apresentadas daqui a pouco nesta sessão. A TERAMB teve um resultado positivo notável no último ano e apresenta uma situação financeira equilibrada que lhe permite uma existência autónoma; nunca precisou de financiamento das câmaras municipais, nem se antevê que tal venha a acontecer, a não ser que surja alguma situação anómala porque estamos a falar de uma máquina sujeita a avarias e a outros problemas. A TERAMB está em perfeito equilíbrio e é a única estrutura na qual o município de Angra tem participação sem nada escondido ou fora da conta. São estas as contas do município com garantias e sem problemas para o futuro no que diz respeito ao funcionamento da Câmara.

Neste momento o município tem um quadro de pessoal que oscila na casa dos 320, 330 trabalhadores e tem-se mantido estável em torno deste número. Exceto alguns presidiários que estão a cumprir tarefas por outras razões, todos os nossos trabalhadores pertencem ao quadro e não temos ninguém em programas paralelos. Sempre que possível, temos reduzido o número de postos de trabalho ou aberto os respetivos concursos que têm sido autorizados por esta Assembleia para contratarmos para o quadro, os trabalhadores necessários. Temos os trabalhadores do município nas respetivas carreiras e quadros sem quaisquer situações anómalas no que diz respeito às suas situações laborais.

Ao longo destes últimos anos, o município tem tido um notável aumento do seu património líquido, que nesta altura anda na casa dos 157 milhões de euros, um valor que tem vindo a crescer todos os anos. Fomos adquirindo múltiplos prédios em vários sítios sempre que necessário e temos vindo a fazer um investimento consistente também noutras instituições, como testemunhou há pouco o senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Em cada um dos anos temos investido cerca de um milhão de euros em património de terceiros, noutras instituições, o que é também extremamente relevante. Estes investimentos não contribuem para o aumento do nosso património no sentido estrito, mas aumentam o património deste município, valores que ficam cá investidos.

Um outro aspeto importante é que, pela primeira vez este ano, temos uma certificação de revisão de contas sem qualquer restrição, quando vínhamos tendo uma reserva que tinha a ver com a avaliação do património. Os trabalhadores do município fizeram um excelente e notável trabalho no sentido de se reavaliar todo o património e pela primeira vez em duas décadas temos uma certificação legal de contas sem qualquer reserva, ou seja, todas as contas estão devidamente clarificadas e certificadas, o que é excelente, porque esta reserva sobre o património era uma questão complexa. Explicando melhor, temos património adquirido em épocas diferentes, ou seja, património histórico que vem de séculos passados e outro que foi adquirido e contabilizado de formas diferentes, e quando se fazia a soma era um pouco como somar alhos com cebolas porque as coisas estavam avaliadas de maneira diferente. A eliminação desta restrição implicou a reavaliação integral de todo o património do município com uma base comum para que se possam somar todos os valores. Atualmente temos cerca de 157 milhões de euros de património devidamente certificado. Temos um valor imenso do ponto de vista patrimonial e imobiliário.

Uma outra questão que foi resolvida ontem e ainda não tem um reflexo direto nesta conta, foi a questão dos lotes de alargamento da zona industrial que ainda faltava integrar no património municipal. A escritura pública foi feita ontem e permitiu adquirir mais catorze lotes para o património do município, que vão ser colocados de imediato à disposição de quem queira investir, e é grande a lista de espera de investidores interessados. Por outro lado, é possível também ressarcir a TERAMB dos valores que tinha investido na infraestruturação desses lotes. Desta forma e no que diz respeito à relação entre o município de Angra e a TERAMB, ficamos também com as contas devidamente certas e terminadas, uma questão complexa que envolveu várias entidades, já que os lotes estavam integrados numa área cujo direito de superfície tinha sido cedido à TERAMB e foi necessária uma intervenção na área dos

fundos comunitários. Aproveito para agradecer ao senhor Diretor Regional, aqui presente noutras funções, o excelente trabalho que fez no sentido de viabilizar esta operação porque isto não seria possível sem a sua colaboração.

Posso dar-vos a excelente notícia que o relacionamento financeiro entre o município de Angra do Heroísmo e a TERAMB ficou devidamente arrumado com as contas certas. Em conclusão, o município teve um ótimo desempenho financeiro no ano 2024, que não poderia ter sido melhor, apresentando uma situação financeira absolutamente equilibrada que nos permite encarar com confiança os anos que aí vêm.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Em primeiro lugar, parabéns pelos resultados que nos são aqui apresentados. Embora a análise da situação seja, de facto, muito bem feita, terá como base os Censos de 2021 e eventualmente assim vai continuar se nada for feito. Devem ser incluídos outros dados que têm efeito direto nas tomadas de decisão e na evolução do número de acidentes e do desemprego. Haverá eventualmente dados discriminados por ano que permitem à Câmara um alerta sobre o efeito do desempenho municipal, porque somos todos responsáveis no que importa às pessoas. Não temos aqui dados sobre o impacto da Covid-19 e seria bom saber como o município está a recuperar dessa situação. Precisamos de informações para sabermos que decisões tomar ao nível municipal. Muitas vezes a culpa não é nossa mas temos que reagir a esses efeitos.

Analisando os gastos da Câmara, é ótimo termos festas, somos um município de festas... o que também é investimento em cultura, exatamente. Há tempos organizámos aqui um congresso grande e tivemos apoios em espécie como o Centro Cultural, o transporte para a escola, etc. Estas dádivas da Câmara Municipal deveriam ter sido aqui reportadas ou contabilizadas como ofertas em espécie, o que depois poderia ser uma eventual ajuda acerca do valor a cobrar, até porque poderemos chegar a um determinado momento em que o sucesso é tão grande que os espaços começam a ser limitados. Creio que seria importante reportar aqui essas dádivas em espécie.

Foram gastos 1,3 milhões de euros nas Sanjoaninas, que são ótimas, mas pergunto se esse valor seria necessário ou se não valeria a pena distribuir esses gastos por outras atividades ao longo do ano, como no carnaval, beneficiando naturalmente os munícipes e atraindo turismo. As pessoas estão habituadas a receber estas dádivas e ficam a contar com elas, mas penso que seria importante fazer uma pequena análise sobre o seu efeito, estudando também outras alternativas, porque todo o dinheiro é curto para o que é necessário fazer-se.

Depois temos a relação com o exterior. Desde o 25 de abril que o local tem responsabilidades regionais, nacionais e internacionais e não recebemos ordens de Bruxelas; somos nós que temos responsabilidades locais ao nível das freguesias, das autarquias, ao nível nacional, etc. É assim que funciona a democracia e não ao contrário. Há responsabilidades regionais e nacionais que têm muitas implicações ao nível dos municípios. A rede da EDA é pública mas existe monopólio nos preços, o que impede ou dificulta a entrada de energias renováveis e, como vimos ao nível nacional, com todas estas regulações, afinal o problema não estava resolvido. Não é culpa de ninguém, apenas ignorância nossa e dos espanhóis, mas

há também implicações num apagão de um ou dois dias em redes de menor dimensão à escala de uma ilha.

Quanto à SATA, às tantas não há voos diretos para São Miguel e é preciso ir pelo Faial. Esta lógica de se criar um *hub* em São Miguel, fez com que as ligações à Terceira ficassem relativamente piores com enormes implicações em termos turísticos e da própria acessibilidade regional e o porto da Praia da Vitória deveria ser uma alternativa de concorrência porque, certamente, atrairíamos algum tráfego que vai para São Miguel.

É preciso ter coragem e arriscar em termos coletivos. Não é uma questão de esquerda ou de direita, é uma situação óbvia, e às vezes os mercados funcionam melhor do que as autoridades. É necessária uma intervenção mais aguda, pelo menos no que diz respeito à ilha Terceira.

Finalmente e quanto à habitação, as freguesias têm de facto uma presença fundamental junto das comunidades e dos povos e merecem o meu reconhecimento, no entanto continuo a defender que a reabilitação de casas não deve ser feita nos sítios errados onde as pessoas não têm emprego, continuam com a mesma cultura de dependência e as casas ficam degradadas passado um mês. Muitas vezes, o apoio à pobreza cria dependência e não nos libertamos de um ciclo que dura gerações. Comparando Rabo de Peixe com São Mateus, a acessibilidade ao emprego e à escola é fundamental, mas continua a ser feita a recuperação de casas que tinham sido construídas nos sítios errados e por vezes as pessoas não têm alternativa, senão ficarem nesses sítios. É preciso compreender que a habitação social é a casa e o acesso.

Sr. presidente da Câmara – Todos os gastos são contabilizados, mesmo que indiretos. Do ponto de vista financeiro, o valor gasto nas Sanjoaninas anda na casa dos 600 mil euros mas é imputado tudo o que se gasta ou tenha uma relação, mesmo indireta com as festas, como a depreciação dos equipamentos, os trabalhadores do município que os montam e desmontam, os serviços de limpeza das ruas, etc. Não consta apenas aqui o dinheiro que se gastou, mas também o custo das atividades, ou seja, os dias de trabalho dos funcionários do município são imputados ao respetivo centro de custos. Se olhar para o quadro, verá que tudo está discriminado por tipo de ação e de despesa.

Os efeitos da Covid-19 são muito difíceis de medir ao nível municipal e até mesmo de ilha porque as estatísticas não estão publicadas e não existe esse grau de discriminação. Vemos estatísticas publicadas agregadas para os Açores com algumas desagregações ao nível de ilha nalguns casos, mas muito raramente aparece uma desagregação concelhia, o que provavelmente seria possível se fosse pedida uma análise específica ao respetivo serviço. O que podemos dizer é que a Covid-19 teve efeitos na economia ao nível global, mas não teve um impacto assim tão grande no que diz respeito à atividade do nosso município porque esta Assembleia tomou medidas muito cautelosas no sentido de não se fazerem despesas desnecessárias.

O nível de investimento no município tem vindo a aumentar ano após ano e não se nota qualquer abrandamento. Esta Assembleia faz todos os anos uma análise quando aprova o

orçamento e sabemos quanto os residentes pagam de IRS todos os anos, um valor que tem vindo a crescer, mesmo com dois dígitos nalguns anos.

O rendimento das famílias tem também apresentado um aumento notável ao longo dos últimos anos. Por detrás há questões que têm a ver com a inflação e não há absoluta clareza, mas é um bom indicador da atividade económica do município.

Um outro bom indicador é o investimento que tem vindo a ser feito na construção, no imobiliário, ou seja, nas atividades sujeitas a licenciamento municipal, onde se tem vindo a notar um crescimento extraordinário nos últimos anos; o mesmo acontece quando olhamos para a análise dos prédios que são vendidos porque nos é comunicado o valor das transações.

O valor dos prédios tem vindo a subir muito, chegando a ser excessivo nalguns casos. Estão a ser vendidos prédios na zona urbana de Angra a preços semelhantes aos praticados nas grandes cidades, demonstrando uma enorme inflação no imobiliário. Estamos a falar de edifícios existentes e estes valores elevados retiram do mercado, muitos potenciais compradores. Nesta altura, a aquisição de uma casa no centro da cidade por uma família jovem é uma tarefa praticamente impossível, a não ser que seja extremamente rica.

Indo ao encontro do seu desafio no que diz respeito à localização dos edifícios, com estes preços estamos a colocar muita gente na zona mais periférica do concelho onde as casas ainda têm valores que estão ao alcance das famílias. O preço das rendas dos prédios em Angra e na sua periferia está claramente para além dos rendimentos comuns das nossas famílias.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente da Mesa e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores.

Começo por agradecer as palavras simpáticas do senhor presidente da Câmara. Devido ao meu dever de isenção e imparcialidade, gostaria de clarificar que é fácil ajudar as câmaras municipais a resolverem problemas quando as coisas são devidamente preparadas e os projetos bem instruídos; algumas câmaras municipais dos Açores têm esse mérito e a Câmara Municipal de Angra é uma delas. Na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, não faço nenhum favor especial à Câmara de Angra ao dizê-lo, mas é um facto que aqueles que estiverem melhor preparados, têm meio caminho andado.

Quanto às contas, as taxas de execução das GOP estão um bocadinho abaixo do que seria desejável, talvez nos 75 %. Há que reconhecer o equilíbrio financeiro mas gostaria de colocar duas clarificações em relação às verbas que constam no passivo, concretamente se estão aqui incluídos aqueles 1,6 milhões de euros do empréstimo que referiu e quais as dívidas incluídas noutras contas a pagar nesta rubrica, já que não encontrei a sua discriminação nos documentos de apoio.

Como temos vindo a dizer ao longo dos anos na votação do plano e na análise à execução, há aqui opções legítimas do elenco municipal que ganhou as eleições, que diferem das nossas. Nalguns casos, há uma discordância política de fundo e consideramos também que algumas execuções estão atrasadas, o que contribui para o equilíbrio financeiro. Quando não se executa tanto, não é necessário recorrer a crédito, no entanto é uma questão positiva e espero que a capacidade de crédito que esta Câmara recuperou seja uma vantagem bem

aproveitada pelo próximo executivo camarário. Postas estas observações de âmbito geral, não há de facto grandes desequilíbrios ou desvios que possam ser identificados nestas contas.

Sr. presidente da Câmara – As outras contas a pagar têm a ver com a própria natureza da prestação de contas. Este é o retrato financeiro do município à meia-noite do dia 31 de dezembro do ano que findou mas há faturas que entraram, estão em fluxo e não foram satisfeitas na noite do dia 31 de dezembro, ou seja, se fizermos isto em qualquer dia do ano, teremos sempre um valor significativo de dinheiro que está em fluxo porque há contas que estão a ser verificadas e processadas e ainda não foram pagas; é esse o valor que ali está.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Talvez eu não tenha sido suficientemente explícito e o que pretendia saber é o tipo de conteúdo do passivo corrente.

Sr. presidente da Câmara – A maior parte das grandes faturas que entram no fim do ano tem a ver com obras e provavelmente constam aí as do PRR. Dando-lhe como exemplo, uma fatura referente a uma obra tem um processamento relativamente lento porque será enviada à fiscalização da obra para confirmação. Tudo isso conta como valores que estão cá dentro mas ainda não foram pagos, o que acontece em qualquer dia do ano. Os valores que o município tem a pagar são dívida consolidada e estão devidamente cabimentados, ou seja, o dinheiro está parado de um lado mas existe uma fatura do outro e as ações acabarão por se anular.

A dívida própria do município é de 1 160 165,62 € e a dívida que é paga pela região e pelo IHRU é de 2 729 966,06 €. Estes são os valores que não têm o respetivo acerto na conta. O município praticamente não tem dívidas e os outros valores são valores em trânsito.

No que toca a execuções atrasadas, de facto vão ficando algumas obras para trás, na sua maior parte por razões que não são diretamente imputáveis ao município; têm essencialmente a ver com concursos que ficaram desertos ou porque surgiu um qualquer percalço na respetiva contratação. São coisas que acontecem e é bom que não haja um *forcing* excessivo no investimento. Uma das minhas preocupações é que nesta altura o município está a investir demasiado, o que exerce um efeito de distorção no mercado da construção civil e sobre as famílias. Se investirmos tudo ao mesmo tempo, o que vai acontecer é que os preços vão subir e quando quisermos fazer obras lá em casa, vamos pagar muito mais.

À exceção daquelas obras que têm mesmo que ser feitas por uma razão qualquer, tudo o resto deve ser encarado com alguma calma e tranquilidade e o município de Angra está com um investimento gigantesco de cerca de 36 milhões de euros no concelho. Somos o maior investidor do concelho e da ilha, por isso temos que ter alguma cautela na forma como agimos sobre o mercado para evitar que as empresas venham a pagar um preço muito elevado, assim como qualquer um de nós, quando quisermos fazer obras nas nossas próprias casas.

Esta abundancia de investimento municipal tem vindo a fazer subir substancialmente o preço das obras. É preciso moderar um pouco as coisas e o que não é urgente pode esperar um pouco mais. Não há, na história deste município, um período em que se tenha investido

tanto como agora, um mérito que não é do município e tem a ver essencialmente com condicionantes externas como o PRR.

O investimento é gigantesco e está a ser conseguido na casa dos 87 %, o que é muito bom, porque quando este processo começou, achei que seria um milagre se chegássemos aos 50 %. Graças ao trabalho da senhora vereadora Fátima Amorim, que se tem empenhado em todo este processo de forma extraordinária, estamos muito além das nossas expectativas iniciais. Creio que, neste caso, a não execução é uma virtude.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Este assunto é muito importante para todos nós. De há três anos a esta parte, temos tido uma onda enorme de imigrantes, exatamente porque não temos capacidade para responder à procura que há na construção. Estou convencido que os municípios que vão vencer, são aqueles que forem capazes de trazer imigrantes e de os integrar, um desafio que nunca tivemos em Portugal. Sabemos que as pessoas vão trabalhar para os sítios onde houver maior produtividade e rendimento e a vinda de imigrantes é certamente o maior desafio que Portugal está a vencer este ano, quer se seja de esquerda ou de direita. Esta nossa capacidade de integrar imigrantes é que vai ditar se, daqui a uns anos, não estaremos cheios de bairros sociais e com problemas gravíssimos.

Tendo em conta a questão levantada pelo professor Álamo, é óbvio que as empresas de construção civil não conseguem trazer gente para trabalhar cá porque a burocracia portuguesa é insuportável para os portugueses e mais ainda para os imigrantes.

A Câmara Municipal do Fundão tem uma política ativa de receção e integração de imigrantes, conseguindo integrá-los em onze meses, quando o normal na Europa são quatro anos e meio. Esta é uma grande aposta daquele município em relação aos demais no que diz respeito à integração de imigrantes.

Se não construirmos, os preços continuam a aumentar; por outro lado, não temos trabalhadores para a construção civil, para apoio ao turismo, para a lavoura, etc. É este o desafio societal que enfrentamos em Portugal e também na Europa, onde toda a reação vem ao contrário, porque a Europa manda barrar as fronteiras e assim vemos limitada a nossa oportunidade de desenvolvimento. À primeira vista temos capacidade de atração de imigrantes, mas depois é preciso que as pessoas tenham emprego e casa para que não venha a ser maior o problema do que o benefício. É este o desafio societal que Portugal enfrenta, mais concretamente ao nível municipal e local.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Nesta que é a última prestação do ciclo da presidência de Álamo de Meneses, há o mérito de travar aquele que foi o descontrolo de mais de trinta anos de governação socialista na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, fortemente desenvolvida com altas operações de engenharia financeira e orçamentos que fugiam ao perímetro orçamental do município, como o exemplo recente que temos no nosso concelho vizinho. Existe esse mérito neste fim de ciclo mas, como referiu o meu colega Nuno Melo Alves, esta saúde financeira do município também se dá por via de investimentos que têm vindo a ser prorrogados no tempo, dos quais

é exemplo paradigmático o Mercado Municipal, o estacionamento em Angra do Heroísmo, o Parque Empresarial e a criação de uma Zona Livre Tecnológica em Angra.

Na página 9 do Plano Anual de Investimentos é referida uma taxa de execução de 65 %, um valor diferente do que o senhor presidente da Câmara nos apresentou e certamente se deverá a outros investimentos. Gostaria de perceber esta percentagem de execução, deixando a nota que, à semelhança daquele que foi o seu sentido de voto aquando da votação do Plano e Orçamento, o grupo municipal da Coligação manterá a sua abstenção na votação da última prestação de contas deste executivo.

Sr. presidente da Câmara – A senhora deputada municipal e creio que, também senhora candidata – o que conseguiu finalmente, por isso lhe damos as boas-vindas a esse processo – referiu aspetos importantes como o estacionamento, o Mercado Municipal e a Zona Livre Tecnológica. O estacionamento e o Mercado Municipal são a mesma coisa e têm a ver com assuntos externos ao município. Como a senhora decerto se lembrará, há muito que o município se anda a esforçar no sentido de conseguir esta obra que, felizmente está em andamento, mas foi uma caminhada muito difícil e complexa, não por razões internas, mas devido a situações relacionadas com outras entidades que, felizmente, foram possíveis de ultrapassar e de resolver com outras pessoas.

O município não conseguiu criar a Zona Livre Tecnológica – uma questão que me é particularmente cara – porque houve uma total oposição da parte da região. Era preciso criar legislação regional, o que não se fez, e na verdade até não era preciso porque se poderia aplicar a legislação existente a nível nacional. Tudo se fez para que a ZLT não avançasse, o que é uma pena, mas a senhora deputada deverá ter um conhecimento mais direto da situação porque está mais próxima do parlamento regional do que eu.

É uma pena que se tenha andado tanto tempo a empatar esta questão da Zona Livre Tecnológica, que é importantíssima para o município, e a maneira como tudo se fez. Infelizmente, trata-se de uma matéria que o município não pode levar avante sozinho e estava a resolver na relação com o Governo da República mas, infelizmente, a determinada altura entraram outros atores e o processo não avançou; não está morto e continuamos a trabalhar nele, mas não avançou. Seria bom para o município que a criação da Zona Livre Tecnológica fosse complementada com o investimento que está a ser feito no TERINOV, dando-lhe outras asas, mas não percamos a esperança; atrás de tempo, tempo vem e o trabalho continuará com certeza a ser feito.

Respondendo à questão sobre as percentagens, escolhi um valor num dos programas onde acabámos por ter uma excelente execução, apesar de haver uma ou outra coisa com menos boa execução. Quando percebemos que não conseguirmos seguir por um caminho, vamos por outros e a verdade é que se foi optando por outros investimentos que foram complementando. Nem todos os investimentos que tínhamos previstos no início do ano, tiveram desenvolvimento, mas no global tudo avançou porque fazemos uma análise diária do que vai correndo bem ou menos bem e se um caminho não dá, vamos por outro. A verdade é que o investimento foi feito e os grandes beneficiários somos todos nós. Se não for possível construir o Mercado Municipal este ano, pois o dinheiro não vai ficar parado e vai para outro

lado. É isto que vai sendo feito e deve continuar a fazer-se porque a gestão do município não pode ser estática. Há investimentos que ficam à espera e outros que avançam e passam à frente.

Dado tratar-se da última aprovação de contas em que estou nesta posição, quero relembrar que uma boa parte do êxito se deve ao pequeno investimento que é feito nas freguesias e nas instituições nelas sediadas, que o fazem com o apoio das respetivas juntas de freguesia. Creio que este ano foram investidos 1,8 milhões de euros em pequenas obras desde os arranjos nas igrejas, passando pelos tetos das sociedades, até às pequenas obras que são executadas pelas juntas de freguesia. Sem o seu trabalho a nossa conta não seria tão boa, por isso fica aqui o meu agradecimento a todos os senhores presidentes de juntas de freguesia e às diversas instituições pela enorme colaboração que deram à Câmara Municipal. Sabemos que a maior parte das instituições não tem direções com conhecimentos para fazerem certas coisas, que não avançam sem o apoio das juntas de freguesia. Estes 1,8 milhões de euros são essencialmente mérito dos senhores presidentes de juntas de freguesia, por isso o meu muito obrigado pelo vosso trabalho.

Sr. d. m. José Toste – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e demais elementos do executivo municipal, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia.

Neste momento em que se discute a apresentação de contas da Câmara Municipal e chega ao fim um período de liderança do executivo municipal sob a égide do professor Álamo de Meneses, é importante destacar o valor da estabilidade que atravessou todos estes anos de mandato.

Recordo que este foi o maior período de estabilidade de um executivo municipal neste século, algo que nunca tinha sido conseguido, e os resultados estão à vista. Há uma estabilidade ao nível das contas públicas, dos profissionais e dos trabalhadores do município e uma maior previsibilidade ao nível do investimento neste concelho. É devido a esta estabilidade que hoje podemos afirmar que estão pagos todos os investimentos que foram feitos pela Câmara ao longo destes anos, ou seja, a Câmara investiu, honrando os seus compromissos, algo que deve ser destacado.

Desde o primeiro momento e ao longo de todos estes anos sempre existiu e está espelhado nesta conta um enorme equilíbrio entre as receitas e as despesas do município. Foi ao longo do ano 2024 que se realizou o maior investimento nas estradas municipais e no apoio aos eventos desportivos, ficando demonstrado que o município, além de não deixar de zelar pelo que é da sua responsabilidade, por diversas vezes se substituiu a outras entidades, garantindo a continuidade de eventos de suma importância para o concelho de Angra do Heroísmo e para a ilha Terceira. O equilíbrio das contas públicas também não se fez à custa da lapidação ou da venda de património, ou seja, houve equilíbrio das contas e um aumento do património do município.

Foi também aqui referida a redução da dívida para um nível residual, permitindo ao município um endividamento até 35 milhões de euros, o que nos reserva algumas cautelas porque este equilíbrio das contas não é uma carta-branca para, nos próximos mandatos, se

colocar em causa tudo o que foi alcançado. É-nos deixada uma boa herança, mas também a obrigação de uma gestão cautelosa das contas do município, apesar da sua capacidade de endividamento.

Um outro motivo de destaque é a ausência de qualquer reserva por parte do Revisor Oficial de Contas, o que demonstra que, ao longo destes doze anos, sempre se trabalhou para que não houvesse qualquer reparo nesta última conta do município. Foram feitos alguns reparos em contas de anos anteriores, mas com estabilidade consegue-se trabalhar para se ir corrigindo as falhas, o que deve ser motivo de orgulho para todos os membros desta Assembleia Municipal e para os munícipes de Angra do Heroísmo.

Foi também aqui referida a dívida da parte do Governo Regional. É importante destacar que todo este trabalho de equilíbrio das contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo foi conseguido pelas mãos do seu executivo sem a relação com terceiros, algo que deve ser mencionado mas não destacado, ou seja, o município conseguiu equilibrar as suas contas, mesmo sendo credor de terceiros.

Toda esta panorâmica de estabilidade das contas do município tem nomes que, sem quaisquer margens para dúvidas, são o senhor presidente da Câmara Álvaro de Meneses e os membros de toda a sua equipa ao longo destes doze anos. Os objetivos alcançam-se trabalhando em equipa e o resultado é esta garantia de estabilidade no município.

Nesta Assembleia Municipal poderá haver a tentação de se criar falsas divisões mas parece-me que a leitura que é feita pelo grupo municipal do Partido Socialista e de todos os munícipes é que este foi um período de enorme estabilidade, de investimento na cidade e de desenvolvimento do concelho.

Mais do que as questões de pormenor que nos possam dividir, este parece-me ser o momento para reconhecermos que, enquanto município e enquanto ilha, todos ganhamos com esta estabilidade que foi conseguida por este executivo municipal. Assim sendo, quero deixar bem claro que o grupo municipal do Partido Socialista aprovará com um enorme orgulho as contas apresentadas por este executivo à Assembleia Municipal. Este executivo municipal é suportado nesta Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, sendo por isso também um reflexo do bom trabalho do partido ao nível municipal e de ilha.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – É verdade que o reequilíbrio financeiro tem nome, mas também tem nome o desequilíbrio que começou em 1998 em períodos de estabilidade, uma faca que pode ser usada para o bem e para o mal, e foi usada para criar dívidas entre 1998 e 2008.

Particpei nesta Assembleia Municipal, por isso conheço muito bem o que se passou nesse período de maiorias absolutas com um conjunto de dívidas que foram criadas, cresceram e duraram até aos tempos dos mandatos presididos pelo professor Álvaro de Meneses, que começou esta inversão de tendência, apenas corrigindo o que os seus colegas tinham deixado. Como já tive oportunidade de referir, ainda bem que o presidente da Câmara Álvaro de Meneses não teve a mesma atitude de prolongar ou aprofundar a dívida.

Sr. d. m. José Toste – É com alguma estranheza que vejo essa necessidade de recuar quase ao século passado para colocar em causa o bom trabalho que é feito no presente. Comparámos aqui um período de dez anos com os últimos doze, que foi efetivamente o maior período de estabilidade de um executivo municipal do Partido Socialista, e é em relação a estes últimos doze anos que somos chamados a pronunciar-nos neste momento. Se houve um reequilíbrio financeiro é porque a situação financeira passada não era a mais adequada. Aconteceu sob a égide de um executivo municipal do Partido Socialista, o que demonstra que o próprio partido evoluiu na sua visão relativamente à gestão autárquica, uma evolução que se verificou também nas contas públicas ao nível nacional.

Mais do que fazer aqui uma defesa partidária, o que interessa são as pessoas e as equipas que fazem parte dos executivos municipais. Esta retoma tem um nome, Álamo de Meneses, que não pode ser desgarrado da sua equipa, e esta é uma conquista coletiva deste executivo municipal que não deve ser desvalorizada por conta do que se fez em 1998, 1999, 2000 ou 2001. Acho que nos devemos concentrar na equipa que aqui esteve nos últimos doze anos, valorizando o presente, porque o futuro parte do presente e não do passado.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria que não ficasse a ideia que nos estamos a focar na minha pessoa ou apenas no trabalho que fizemos aqui porque, na verdade, estes bons resultados são o produto do trabalho de uma equipa, que não é composta apenas pelos eleitos pelo Partido Socialista. Todos os senhores vereadores desta Câmara eleitos pelos diversos partidos têm sido obreiros neste trabalho e a eles se deve muito do que aqui foi feito. O agradecimento deve ser claramente repartido por todos os senhores vereadores da oposição deste mandato, mas também dos mandatos anteriores, porque se manteve a mesma linha de trabalho contínuo. Foram passando várias pessoas pela Câmara, embora as alterações tenham sido poucas, já que foram sempre as mesmas no primeiro e no segundo mandato, havendo apenas uma alteração neste mandato com a saída de duas pessoas e a entrada de outras duas.

Independentemente do partido a que pertencem, todos os senhores vereadores trabalharam seriamente nisto. Os orçamentos têm sido sempre objeto de debate entre todos, tendo-se conseguido excelentes consensos o que, nalguns casos, levou a que os orçamentos tivessem sido aprovados por unanimidade na própria Câmara. Agradeço as palavras que foram ditas em relação ao trabalho da Câmara, lembrando que tenho sido o líder do processo, mas o trabalho deve-se a todos os partidos que têm passado pelo executivo. Fica aqui também o meu agradecimento às senhoras e aos senhores vereadores da oposição que foram nossos parceiros nesta caminhada.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Não posso deixar de verificar a existência de um paradoxo e pela intervenção do senhor presidente da Câmara regista-se que, em doze anos, o Mercado Municipal não foi uma prioridade para o executivo camarário.

Decerto teremos oportunidade para, mais daqui a pouco, ficarmos a par do ponto da situação do PRR, mas gostaria de perceber se os 87 % de execução que o senhor presidente da

Câmara mencionou, são referentes ao total de verba a que a Câmara Municipal teve acesso, os mais de 90 milhões de euros, ou a outros valores.

Sr. presidente da Câmara – O Mercado Municipal foi sempre para mim uma das maiores prioridades e provavelmente não há nenhum outro processo que tenha merecido tanta atenção e trabalho da minha parte nestes doze anos. As dificuldades é que foram muitas, provavelmente outros teriam desistido e nós poderíamos apenas ter pintado o mercado e dizer que estava bonito. Conseguimos chegar até aqui com muita persistência, trabalho, flexibilidade e aturando muitas coisas, mas não vale a pena irmos por aí.

Quanto à sua outra questão, falei dos valores efetivamente inscritos no orçamento para 2024 porque é essa a conta que estamos a debater e não a conta global do PRR.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Muito bom dia Exmo. senhor presidente da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Em meu nome e em nome das dezanove freguesias do nosso concelho, quero agradecer todo o apoio que foi dado às instituições. Acreditem que, sem o apoio da Câmara Municipal, muitas delas estariam hoje com as portas fechadas. Estas pequenas obras engrandecem muito o nosso concelho e esta ajuda da Câmara Municipal muito se notou em relação à Praia da Vitória. Da minha parte e da parte de todos, muito obrigada.

Terminadas as intervenções e após votação, os documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2024 foram apreciados e votados por maioria, com 29 votos a favor, sendo 21 do Partido Socialista e 8 da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM e 9 abstenções da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM. (12/2025/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Antes de retomarmos a Ordem de Trabalhos de acordo com a tradição do regimento, volto a agradecer a disponibilidade das senhoras e dos senhores deputados para discutirmos este ponto de modo a facilitarmos o trabalho dos funcionários da Câmara Municipal para efeitos de regularização da inscrição do orçamento. Vamos retomar os nossos trabalhos de acordo com o regimento, passando ao Período de Antes da Ordem do Dia.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Distribuí um pequeno papel relativo às estradas, mais um pedido de esclarecimento do que propriamente uma proposta, e o enquadramento é este: Cabe ao local a responsabilidade do regional e do nacional, ou seja, não é de cima para baixo, é de baixo para cima. Há estradas regionais que não estão bem definidas e matam gente, por isso temos a responsabilidade de estar atentos, lembrando à Câmara para lembrar depois aos órgãos regionais que tratem do assunto.

Tenho colaborado nuns trabalhos do PDM em que há sempre uma comissão de acompanhamento do Governo Regional que é muito legalista em tudo o que é pedido e atrasa

o PDM por anos. No caso dos transportes e das estradas é ao contrário, ou seja, é o município que pede que sejam tomadas medidas ao nível regional, que sejam ativas e não restritivas, porque já vimos o resultado das medidas restritivas. Durante dez ou vinte anos tivemos as mãos de pessoas que, sem liberdade e interpretação, regulavam e controlavam a reserva agrícola e ecológica e de repente, com o PSD e o CDS, vale tudo. Sem contarmos com as ex-colónias, é a maior transferência de dinheiro de património que se fez no país, superior até à que existia no 25 de abril.

A minha família tem umas coisinhas em Elvas, há uns olivais que passam a valer dez vezes mais e as casas que estão dentro da cidade passam a valer menos. Não sei se perceberam a revolução que é, por isso é que o PPM se insurgiu e fez uma reunião. Acho que esta anomalia resulta em grande parte de dois partidos, de duas posições com os técnicos do país envolvidos. Durante anos faz-se uma restrição e depois liberta-se sem resultados efetivos sobre o que se pretendia com as restrições.

Não se resolve o problema da habitação de repente porque há lugar a segundas habitações. O PSD e o PS têm estado no poder, mas isto é uma vergonha da classe política como um todo. A política de regulamentação sobre o espaço, nomeadamente também as estradas, deve ser calma e perceptível para não ficar sujeita à corrupção e não provocar estas enormes transferências de dinheiro, porque ninguém dá por elas. Ninguém percebeu ainda que se perdeu dinheiro e património nos centros das cidades por causa desta política. Não quer dizer que não se tivesse que mudar, porque a política anterior de abuso de poder era também corruptível.

Tenho pena que um instrumento criado em 1982/83 pelo PPM, nomeadamente pelo arquiteto Ribeiro Telles, se tenha mantido durante algum tempo com os seus efeitos e esteja agora totalmente desvirtuado por abuso de poder, falta de regulamentação e irresponsabilidade. As coisas tinham que ser mudadas, mas não necessariamente sem se ter em atenção as consequências da transferência de património e o efeito *urban sprawl* que vai aumentar muito o custo das cidades.

Em relação às estradas regionais e outras, falámos aqui do aeroporto de Lisboa e ninguém reagiu. Vamos passar a pagar o dobro para ir a Lisboa e os turistas vão pagar o dobro para virem cá, se o novo aeroporto for construído em Alcochete. Quando puseram o PPM de fora da Câmara Municipal de Lisboa em 1982, foi uma política do Abecassis que lhes permitiu não terem a capacidade de alargarem o aeroporto de Lisboa quando era preciso.

Estas coisas têm efeitos a prazo. O arquiteto Ribeiro Telles já cá não está mas deveria ter reagido mais ao ter sido expulso da AD. Fomos expulsos a nível nacional e aqui mantemo-nos unidos porque há de facto uma posição que não tem a ver com as soluções socialistas que são propostas pela posição. Desculpem falar mais uma vez da AD, mas quando entra o Francisco Pinto Balsemão após a morte de Francisco Sá Carneiro, é que Portugal começa a crescer em termos de rendimento *per capita*. Mário Soares teve um papel fundamental mas é extremamente importante esse arranque de reequilíbrio das forças políticas e a memória dessas pessoas que, na altura, tiveram coragem. Já agora e pela estabilidade, graças a mim, ao professor Álamo e a poucos outros, que isto mudou do PSD para o PS e agora do PS para o

PSD. A alternância democrática é muito importante para acertar as coisas, o que também não seria mau aqui na Câmara de Angra.

Chego a este ponto das estradas porque fomos a uma reunião com os técnicos e estranhamente, o técnico que estava a representar a parte das estradas disse: «Nós não temos nada para as estradas de Angra.» Eu fiquei escandalizado. Como é que existe uma estrada regional que vai daqui para São Mateus com trânsito e peões e não tem uma solução pensada? Não sou técnico mas é preciso pensar numa solução. O Caminho do Meio de São Carlos, um investimento enorme, também não está pensado e acaba num bairro. Bem sei que tem que o ser ao nível regional, mas deve haver um questionamento ao nível municipal. O tráfego da Circular está cada vez mais congestionado, e ainda bem porque há desenvolvimento, mas também não tem soluções pensadas ao nível regional.

A questão do troço da Estrada Regional entre o Raminho e a Serreta parece que está a avançar, mas há uma aberração da qual ninguém fala porque é na fronteira entre concelhos. Quem circula no Caminho do Cabrito e quer ir para a Praia, às tantas perde-se e vai ter a Angra. Percebo que se beneficie Angra do Heroísmo tangencialmente pelo engano, mas é uma aberração porque há uma estrada regional que ia pelo Cabrito até à Praia por aquele nó ali perto do Golfe, que não existe em termos rodoviários. Quem ali chega, vira à esquerda e tem que ir até perto da Agualva ou vai pela direita e vem ter ao nó cá atrás.

Há aqui soluções um bocadinho estranhas que devem ser levantadas pela Câmara porque parece haver um atraso a nível regional, até porque ninguém avisa que estas aberrações existem. A questão do Raminho está pelo menos parcialmente resolvida, passado não sei quanto tempo, mas cabe aos municípios levantar as outras questões, a menos que seja necessário fazer o que fiz há uns anos e estou até um bocadinho arrependido. Quando morreu alguém no Caminho do Meio, escrevi para o jornal a chamar de criminosos. Não disse que era cada um mas há aqui uma responsabilidade dos órgãos políticos e também dos técnicos e é possível encontrar uma solução. Ninguém esteve a matar ninguém mas há uma culpa no desenho das estradas e no não desenho dos passeios e a responsabilidade de se tentar corrigir.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A minha questão relaciona-se com a conclusão da recente obra que foi feita na escola do Alto das Covas em que se criou uma cobertura para abrigo dos alunos e o acesso à escola passou a fazer-se por uma porta lateral do lado da Rua da Queimada, uma situação que tem provocado imensos constrangimentos ao nível do trânsito naquela zona.

Não deixa de ser falta de civismo mas, de manhã pelas nove horas e também por volta das três da tarde, os pais param os carros em cima dos passeios, no meio da rua e no local reservado aos táxis, que não conseguem estacionar quando chegam de serviço e muitas vezes têm que seguir para regressarem mais tarde.

Quando se iniciou o acesso à escola pela porta lateral, havia um buraco na Rua da Sé que obrigou a que o trânsito no sentido ascendente fosse feito pela Rua do Rego, o que levou a um bloqueio à entrada do Alto das Covas, tornando difícil o acesso a quem vinha da Rua da

Queimada. O trânsito voltava a bloquear no cruzamento entre o Alto das Covas e a Rua Madre de Deus, criando dificuldades a quem descia esta rua em direção à Rua de São Pedro. A situação ficava ainda mais complicada devido ao elevado número de veículos que se preparava para fazer inversão de marcha.

Foi discutida por diversas vezes nesta Assembleia a situação problemática daquela zona, tendo sido dito que seria ali colocada uma estrutura física para evitar os constrangimentos no trânsito, o que até agora não aconteceu. Como acho que não devemos apenas chamar a atenção para os problemas e temos que fazer também parte das soluções, gostaria de deixar algumas sugestões.

Antigamente não era permitido o estacionamento do lado direito da Rua da Queimada, que era destinado aos táxis. Dado que a frota atual não necessita de todo aquele espaço, aquele lado da rua poderia ser utilizado pelos pais para deixarem e recolherem as crianças e os táxis poderiam ser deslocalizados para a faixa em frente à escola.

A paragem dos miniautocarros na Rua Madre de Deus do outro lado da escola, por vezes causa também grandes constrangimentos ao trânsito quando é recolhido um número significativo de passageiros, daí que uma terceira sugestão seria a paragem dos miniautocarros na zona destinada aos veículos coletivos de passageiros na faixa em frente à escola.

Sr. presidente da Câmara – Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado Tomás Dentinho, devo dizer que, de facto, é urgente repensar toda a organização e redistribuição de responsabilidades sobre a rede rodoviária nos Açores, uma matéria que foi debatida na Associação dos Municípios dos Açores, tendo sido aprovada por unanimidade e entregue ao Governo Regional, uma anteproposta de decreto legislativo para revisão da situação. Espero que a anteproposta não se perca pelo caminho porque uma boa parte da rede deveria passar para a tutela municipal, unificando a sua gestão e deixando apenas os grandes eixos sob a tutela do Governo Regional. Embora não tenham sido abordadas, precisam também de ser clarificadas e resolvidas as questões do acesso à rede agrícola.

Estamos a ter sérios problemas com a degradação do pavimento da rede de Angra e o troço da Estrada Regional entre a Silveira e São Mateus, que o senhor deputado referiu, está a precisar urgentemente de ser reasfaltado porque o pavimento está a degradar-se rapidamente, assim como outros troços com grande degradação que exigem um investimento urgente, por isso o município tem que fazer mais pressão junto da administração regional.

Além da questão da Circular e da pintura de delimitação das faixas, que espero que se resolva rapidamente, há um conjunto de disfunções na nossa rede viária que urge corrigir. O início da obra no Raminho é uma boa notícia mas, infelizmente, a ligação alternativa ficou-se pela metade porque afinal não se fez a continuação até à Serreta e a estrada está toda degradada. Foi feita apenas metade da obra e mais vale metade do que nada, mas sabe a pouco. Depois de tanto tempo e de algumas peripécias, é pena que se tenha ficado por tão pouca intervenção, deixando inclusivamente uma zona de elevado risco com um conjunto de pedras à espera de caírem um dia destes.

A situação da rede viária é complexa e merece um debate mais profundo. Eu já aqui trouxe por diversas vezes a questão da responsabilidade das autarquias, para as quais deveria ser rapidamente transferida a rede viária no âmbito de uma reforma da própria autonomia, que infelizmente não se fez, e não vejo ninguém com grande intenção de a fazer. Com as necessárias adaptações, o que está a ser feito no continente português deveria ser aqui replicado porque seria muito melhor para todos nós. Se as coisas continuarem como estão, dentro de poucos anos vamos ter seríssimas dificuldades na rede viária.

A situação relativa à reorganização do Alto das Covas e à circulação do trânsito em circular, que resolveria uma boa parte dos constrangimentos, está a funcionar um pouco provisória devido à obra do Mercado Municipal. Ficou pela segunda vez deserto o concurso referente ao asfaltamento e arranjo da Rua da Queimada que inclui essa faixa de espera para os pais poderem deixar e recolher os seus filhos da escola.

Com o arranque da obra do Mercado Municipal, todo aquele trânsito terá uma configuração diferente e era incompatível manter os carros à frente, ou seja, foi preciso fazer esta alteração para que os pais e as crianças não fiquem no meio dos camiões que vão entrar e sair da obra.

Nos próximos dois ou três anos vamos ter que viver com alguns conflitos de trânsito incómodos no Alto das Covas porque não será possível fazer a rotunda em toda a sua extensão sem resolver o problema das escavações da obra do mercado. Por outro lado, continuamos a ter um problema com a aquisição do terreno onde estava situado o posto de combustíveis lá ao fundo, uma negociação que já foi concluída mas, por razões burocráticas, ainda não foi possível fazer a escritura de aquisição daquele terreno.

Há um conjunto de situações no Alto das Covas que só terão uma consecução real e definitiva com o fim da obra do Mercado Municipal e o arranjo global daquela zona. A primeira sugestão da senhora deputada, a criação de uma faixa de espera na Rua da Queimada, está dentro do que tínhamos pensado e tencionamos fazer, e os táxis terão que sair dali devido à obra do mercado. Quanto ao *minibus*, aquela paragem junto à escola é desnecessária porque não custa nada apanhá-lo no seu ponto de partida a menos de cem metros, e a melhor solução será a sua eliminação pura e simples.

Agradeço as sugestões, que vamos ter em conta e creio que há caminho para se tentar melhorar; contudo, infelizmente a solução final vai demorar algum tempo porque só será possível resolver toda a situação de forma definitiva, pelo menos após a retirada do material das escavações do mercado por causa da descida do nível da obra, que teve que ser afundada, por isso terão que sair dali muitos milhares de toneladas de pedra com um impacto grande naquela zona.

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Sei que ainda está frio mas a minha intervenção prende-se com a época balnear. Pergunto como está a ser feita a sua preparação, se há zonas balneares a precisarem de algum investimento e como decorrerá o processo de contratação de nadadores salvadores, tendo em conta que nos últimos dois anos a nível nacional houve uma taxa de reprovação nestes

curso relativamente elevada. Gostaria de saber se o município está preparado para uma situação de algum segundo curso para que possamos ter as nossas zonas balneares devidamente vigiadas e com segurança.

Sabendo que o Fanal é uma zona de banhos que foi requalificada, a verdade é que nos últimos anos tem tido uma grande afluência de banhistas de todas as faixas etárias e a minha preocupação é a mesma dos próprios nadadores salvadores, que já a referiram nos seus relatórios à Câmara Municipal, dando conta de alguns pequenos incidentes que têm acontecido como a mordedura de uma «Caravela» ou de uma «Água viva». Os utentes foram levados à zona da Silveira para serem assistidos pelos nadadores salvadores e alguns encaminhados para o hospital.

Após todo este tempo e sabendo-se que aquela zona de banhos é fantástica e cada vez mais frequentada, pergunto porque não pode ser transformada numa zona balnear vigiada para se evitar acidentes de maior no futuro. Nem todos os frequentadores estão cientes que se trata de uma zona de banhos não vigiada, mas penso que nos poderíamos precaver no sentido de se evitar algum acidente de maior gravidade sem a assistência necessária na altura.

Sr. presidente da Câmara – Pedirei ao senhor presidente da Mesa que permita a intervenção do senhor vereador Paulo Lima, que tem estas matérias à sua conta; contudo gostaria de lembrar que os eventos podem sempre acontecer em relação a quaisquer zonas balnear ou de banhos, um risco que todos corremos quando vamos ao mar. Felizmente, temos tido bons resultados nos últimos anos e recebemos ontem um louvor da Associação Bandeira Azul dizendo que somos um dos municípios com melhor gestão ao nível das zonas balneares, uma distinção que nos deixou muito satisfeitos e orgulhosos e agora vai ser também enviada para o júri internacional. Somos candidatos a nível europeu como um dos municípios com melhor gestão das zonas balneares e veremos o que júri internacional vai dizer nos próximos meses.

Neste momento temos demasiadas zonas vigiadas e há a possibilidade de transferir para o Fanal a vigilância da Prainha que tem cada vez menos interesse do ponto de vista balnear, uma situação que deve ser equacionada, mas é preciso criar histórico, ou seja, devemos ter no mínimo cinco anos de análises das águas. Esta é uma situação que terá que ser equacionada no próximo mandato face ao histórico de qualidade da água que, entretanto, for criado; contudo, ficaríamos com uma zona balnear muito perto da outra e as boas práticas dizem que devemos ter um *mix* equilibrado entre zonas balneares e de banhos para que as pessoas possam escolher em função das suas necessidades e da sua capacidade de nadar. Não faz sentido colocarmos as zonas ao lado umas das outras, uma matéria a analisar no futuro.

Sr. vereador Paulo Lima – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas do executivo, senhores deputados municipais.

Não vislumbro qualquer constrangimento relativamente aos nadadores salvadores. Renovámos o protocolo anual com os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo que têm dado muito boa conta do recado e vamos tendo em atenção alguns fatores que vão mencionando no relatório que nos apresentam, quer sejam melhorias nos postos de

salvamento ou a aquisição de novos equipamentos. Vai decorrer agora um curso e se houver necessidade, faremos mais um, à semelhança do que aconteceu o ano passado. A esta data está tudo pronto para que não haja quaisquer constrangimentos ao nível dos nadadores salvadores.

Relativamente à parte dos investimentos, como acontece todos os anos, a partir de dezembro damos início a um levantamento exaustivo de todas as zonas balneares e de banhos do concelho. O levantamento foi feito, estão a decorrer os procedimentos de contratação e há empreiteiros para todas as zonas balneares e de banhos, umas com investimentos mais reduzidos na ordem dos dez ou quinze mil euros, outras a rondarem os oitenta mil, dependendo das situações.

Lembro que as zonas balneares são alvo de vistorias da parte de diversas entidades, entre as quais, a Autoridade Marítima e a Direção Regional da Saúde, que vão apontando as lacunas que devem que ser corrigidas, nomeadamente a colocação de novos varandins para a segurança das pessoas, a pintura de linhas amarelas, melhoramentos nos chuveiros, etc. Vamos dar início a breve trecho a obras nas zonas balneares, lembrando que a agitação marítima não permite que as façamos mais cedo. A obra de reparação daquele buraco que existe na piscina do Negrito está adjudicada, temos o contrato assinado e o empreiteiro está apenas à espera de melhores condições marítimas para dar início à respetiva intervenção no sentido de regularizar a situação.

Como complemento à informação prestada há pouco pelo senhor presidente da Câmara, recebemos efetivamente ontem a distinção pelo facto de 2024 ter sido um ano de excelência no que diz respeito aos critérios da bandeira azul. Há 34 anos que Angra do Heroísmo tem merecido essa distinção da parte da Associação Bandeira Azul, que vai apresentar as nossas zonas balneares a um júri internacional.

Ainda a respeito da zona de banhos do Fanal e de acordo com o que foi referido na sessão da Assembleia Municipal do passado mês de dezembro, o município adquiriu um equipamento chamado Totem de Socorro composto por boias de salvamento sob pressão, o que permite a quem esteja por perto, prestar auxílio e socorrer alguém numa eventual situação de perigo. O equipamento já cá está e estamos apenas à espera da equipa que virá do continente para o instalar na zona do Fanal.

Sr. d. m. César Medeiros – Cumprimento o senhor presidente e as senhoras secretárias da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, os senhores deputados municipais, muito boa tarde a todos.

O assunto que aqui trago é do âmbito da Estratégia Local de Habitação. Sabendo que, desde julho de 2022, há um orçamento previsível que terá que ser executado até 2026 e envolve vários programas como o PRR e o 1.º Direito, gostaria de saber quanto desse investimento foi executado em 2024 e o que faltará executar em 2025 e 2026. Estamos a falar de valores muito relevantes e de habitações com diferentes tipologias, algumas de algum pormenor, como as que se destinam a reabilitação, por exemplo, o que nos pode suscitar alguma confusão, sendo que não se trata de construção de casas novas, mas de recuperação do parque habitacional o que, naturalmente, implicará situações boas e outras menos boas.

É nosso entendimento que o sentido da dignidade humana envolve naturalmente premissas como o acesso à educação, à saúde e à habitação e defendemos que a liberdade tem que ser proporcional à responsabilidade de cada um. Se, por um lado, estão reunidas condições para a atribuição de habitações, por outro é também importante salvaguardar o bem coletivo, o bem comum.

Foi criada recentemente uma petição pública acerca do número de animais que cada um pode ter em casa, o que poderá desviar a atenção já que, o que nos parece de interesse comum é a salvaguarda do investimento público. É disponibilizada uma habitação que depois passa a ter condições insalubres, o que é inadmissível porque a liberdade não é conducente com a responsabilidade, um entendimento que nos leva a questionar o que falhou nos últimos anos para que se tivesse chegado a situações de limite, ou seja, de destruição das habitações, de excesso de animais e os seus dejetos dentro das casas, etc.

É preciso olhar para o futuro e perceber que meios o executivo tem ao seu alcance para prevenir estas situações, começando por exercer ações ao nível pedagógico que, no limite, poderão tornar-se mais sérias. Por um lado é importante que haja um papel social ativo e por outro é preciso não esquecer que os bens comuns são escassos e limitados. É necessário investir e ao mesmo tempo garantir que os bens públicos sejam bem tratados e conservados. É essencial sabermos de onde vimos e para onde queremos ir.

Sr. presidente da Câmara – Esta questão dos animais nas habitações e a gestão dos bairros sociais é muito difícil e complexa porque ao longo dos tempos foram sendo paulatinamente feitas construções no tardo, criados canis, etc., além de hábitos de alguma ruralidade mais antiga que foram trazidos para os bairros sociais, algo incompatível com a convivência das pessoas e dos animais.

Todos temos um enorme respeito pelos animais mas há valores que se levantam na defesa do interesse comum. Ouvimos aqueles que protestam por não poderem ter tantos animais como gostariam e esquecemos os que também protestam porque são vizinhos e não estão satisfeitos com todos os animais que existem à volta. Há aqui uma audição muito assimétrica da realidade em que são mais os que protestam pelo excesso de animais. Nos últimos tempos tem-se ouvido mais uma das vozes e não, as vozes todas. É evidente que, quem mora num apartamento com um vizinho que tem cinco ou seis cães em casa, que fazem as suas necessidades nas escadas e nos espaços comuns, não pode estar satisfeito e nenhum de nós gostaria de viver nessas circunstâncias.

O que é que falhou? Falhou muita coisa e continua a ser difícil fazer um acompanhamento nos bairros sociais, particularmente num município como o nosso que é proprietário de 449 habitações. Não é fácil gerir uma relação que, muitas vezes, é conflitual com quem lá vive, particularmente quando se misturam problemas sociais graves. Fazemos os possíveis por ter melhores bairros e está-se a aproveitar este momento para fazer uma espécie de *reset* ao sistema, ou seja, uma análise de todas as construções, verificando quem lá mora e porquê, eliminando construções que estão a mais, etc. Está a ser feito muito trabalho, que é difícil e impopular porque há hábitos de vinte ou mais anos que têm que ser mudados.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Muito boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

É importante fazermos um ponto da situação sobre a Estratégia Local de Habitação de Angra do Heroísmo, que muito tem sido falada durante esta semana com palavras que nos deixam entristecidos: «Estamos a confundir os angrenses e temos dificuldades na execução». Ora, se temos dificuldades na execução da Estratégia Local de Habitação, que diremos dos outros que nem candidaturas têm aprovadas?

Feita esta nota introdutória, como bem disse o senhor deputado César Medeiros, a nossa Estratégia Local de Habitação foi preparada e aprovada em 2022, tendo sido assinado o acordo de cooperação com o IHRU nesse mesmo ano. Em 2023 foi feita uma revisão depois de uma análise que fizemos à evolução dos trabalhos. Os que tiveram oportunidade de consultar toda a informação que está disponível na página da internet da Câmara Municipal, puderam verificar que na primeira versão tínhamos um montante significativo para arrendamento, mas optámos por eliminar essa condição e alocar essa verba para nova construção. Esta revisão foi aprovada em 2024 e durante todo esse tempo estivemos a trabalhar na preparação e submissão das candidaturas dentro do prazo definido pelo IHRU.

Vou começar pelas candidaturas do município e depois falarei das candidaturas das juntas de freguesia e dos beneficiários diretos para que, de uma vez por todas, fique claro o trabalho que o município está a levar a cabo. Tenho sido bastante transparente nas sessões da Assembleia Municipal, fazendo pontos de situação do que o município anda a fazer em termos da Estratégia Local de Habitação, mas vou falar também do PRR. Temos casas camarárias em treze freguesias do concelho, em alguns casos dispersas pela freguesia. Foram apresentadas 25 candidaturas ao IHRU, que implicavam a reabilitação do parque habitacional existente e a construção de quarenta novas casas.

Permitam-me que leia dois parágrafos da nossa Estratégia Local de Habitação: *«Estima-se que o investimento a realizar para solucionar as situações indignas identificadas, ronda os 93 milhões de euros, sendo que o investimento municipal é de cerca de 67 milhões de euros, o investimento de beneficiários diretos será de aproximadamente 25 milhões de euros e de juntas de freguesia, um milhão de euros. Importa salvaguardar que, não obstante a procura de valores de referência adequados à realidade do concelho de Angra do Heroísmo, os valores de investimento apresentados deverão ser encarados como estimativas ou previsões, sendo que poderão sofrer ajustes à data da candidatura de acordo com as necessidades reais de intervenção e com os valores de mercado.»* É isto que tem estado a acontecer. Tínhamos todo o interesse que as 25 candidaturas apresentadas – e repito mais uma vez – dentro dos prazos que foram definidos no aviso do IHRU, tivessem financiamento pelo PRR.

A Estratégia Local de Habitação pode ser financiada pelo PRR, com um período de execução até junho de 2026, pelo 1.º Direito e também pelos fundos próprios do município. Não podemos esquecer que a ELH inclui também duas medidas extremamente importantes para os privados que vivem ou pretendam viver no município de Angra, a saber: a melhoria das condições de habitação e o arrendamento. Visto que pretendíamos o financiamento para

a reabilitação e construção através do PRR, as candidaturas foram submetidas a tempo e horas.

Das 25 candidaturas apresentadas, dezasseis foram aprovadas pelo IHRU, o que corresponde a 64 %. Temos para executar neste momento, um investimento aprovado superior a 35 milhões de euros e essas candidaturas são para reabilitação das casas do município. O Lameirinho foi dividido em sete lotes, dos quais, três foram aprovados, o que corresponde a 104 habitações. Temos em falta a aprovação de nove candidaturas da parte do IHRU para totalizarmos os 68 milhões de euros que estavam alocados ao município de Angra do Heroísmo, correspondendo a 123 casas de reabilitação e quarenta novas habitações.

Visto que foram apresentadas ao IHRU, candidaturas referentes a mais de cinquenta mil habitações, quando o limite era de 26 mil candidaturas, o Governo da República publicou em março de 2025, uma alteração ao decreto-lei que cria o 1.º Direito, sendo que as 123 casas para reabilitação e as quarenta novas construções estão fora dessas 26 mil candidaturas.

O Decreto-Lei n.º 44/2025 de 27 de março diz o seguinte: «*Caso as habitações não possam ser aprovadas através do PRR, podem sempre ser aprovadas através do 1.º Direito com uma taxa de financiamento de 85 % se o investimento for executado até 31 de dezembro de 2026, de 75 % se for executado até 30 de junho de 2027, de 65 % se for executado até 31 de dezembro de 2027 e de 60 % se for executado até 31 de dezembro de 2030.*» Como veem, o próprio Governo da República está a reconhecer que não tem capacidade para aprovar todas as candidaturas em tempo útil.

Um artigo publicado a 23 de março de 2025 diz que o município do Porto tinha contratualizadas, apenas quatro das suas candidaturas para recuperação das ilhas do Porto, quando o pequeno município de Angra do Heroísmo comparativamente ao do Porto, tem dezasseis candidaturas aprovadas, o equivalente a 327 casas. Temos aprovadas 327 das 449 habitações que o município tinha para recuperar, o que corresponde a 73 %. Como veem, não estamos com dificuldades de execução porque todos estes investimentos têm empreiteiros no terreno, por isso não vejo como estamos a «confundir os angrenses» e gostaria que me explicassem estas últimas notícias.

Este é um trabalho difícil que envolve a requalificação das habitações e a parte social. Temos oito bairros com as obras já concluídas nos Altares, na Serreta, em Santa Bárbara, em São Bartolomeu, na Feteira, em São Sebastião e no Porto Judeu, faltando entregar catorze das 38 casas no bairro da Carreirinha em São Bento. Na Terra Chã, o bairro que começou mais tarde, falta entregar 26 casas de um total de 34. Das 35 casas do Bravio em São Mateus, falta-nos entregar 23 e ainda não foram entregues casas no Terreiro. Quanto ao Lameirinho, vão começar agora as obras referentes a 104 casas. Está também incluída na Estratégia Local de Habitação, uma casa que pertencia à Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, em que nos foi solicitado que procedêssemos à sua ampliação, o que acontecerá dentro em breve.

Foram entregues 120 casas até ao momento, envolvendo mais de trezentas pessoas, e prevemos executar dentro do prazo do PRR, tudo o que está aprovado pelo IHRU, dependendo dos empreiteiros, que têm trabalhado numa articulação perfeita connosco, estão sempre disponíveis e reforçaram as suas equipas no sentido de darem resposta a todo este

trabalho que estamos a desenvolver num curto espaço de tempo para que o município beneficie de um financiamento a 100 %. Recordo que estamos a falar em quarenta novas habitações mais 123 das 226 casas existentes no bairro do Lameirinho.

A nossa Estratégia Local de Habitação prevê também a reabilitação de casas nas diversas freguesias do concelho. Neste momento estão aprovadas duas candidaturas das freguesias do Porto Judeu e da Conceição. Por aprovar, estão as freguesias dos Altares e da Feteira que, não vindo a ser aprovadas no âmbito do PRR, serão aprovadas no âmbito do 1.º Direito com as taxas de financiamento que acabei de referir e constam no decreto-lei que foi recentemente publicado pelo Governo da República.

Este município tem também feito um trabalho gigantesco relativamente aos beneficiários diretos. Prevíamos a reabilitação de 190 casas de privados de acordo com uma vistoria que se fez em 2020 e em 2021 com o apoio dos senhores presidentes de juntas de freguesia no sentido de se verificar se as mesmas tinham necessidades de intervenção. Procurámos verificar se essas pessoas reuniam as condições para aprovação no âmbito do PRR de acordo com o seu rendimento mensal, o cumprimento dos quatro IAS, etc., e chegámos à conclusão que, muitas dessas 190 casas que estavam identificadas inicialmente, não reuniam condições em termos de critérios para aprovação, por isso fomos identificando outras habitações num total de 288, e apresentámos 137 candidaturas referentes àquelas que reuniam as condições e os critérios para aprovação.

As candidaturas de habitações de privados para requalificação estão distribuídas por dezoito freguesias do concelho, à exceção da freguesia da Serreta. Das 288 habitações vistoriadas, apenas 137 reuniam as condições de aprovação e cujas candidaturas foram apresentadas dentro do prazo definido pelo IHRU, um investimento superior a 13 milhões de euros. Como podem ver, somos o município português com maior nível de investimento em habitação, seja para requalificação ou em menor escala para a construção de novas habitações, aumentando assim o parque habitacional do nosso concelho.

Destas 137 candidaturas, temos dezanove aprovadas pelo IHRU. Estamos a trabalhar com os gabinetes de arquitetura e com cada um dos privados beneficiários diretos numa relação mais simples para que o processo seja mais célere, porque tudo isto acarreta uma carga burocrática muito intensa.

Neste momento estão a ser analisadas pelo IHRU, 55 candidaturas incluídas na meta dos 26 mil fogos, estando fora dessa meta, 55 candidaturas que poderão ainda ser aprovadas no âmbito do 1.º Direito, caso não sejam aprovadas até junho de 2026.

Falando agora da parte social, o município nunca abandonou os seus bairros sociais. Pertença a este executivo municipal há quatro anos mas conheço o trabalho que foi feito anteriormente e, como disse o senhor presidente da Câmara, devido ao volume bastante significativo de habitações do município, não nos é possível andar todos os dias nas casas dos nossos agregados. As casas tinham um período de vida útil muito longo, muitas ainda continham amianto, um material que era utilizado na altura da sua construção, por isso havia a necessidade de as reabilitar, o que estamos a fazer com muito respeito por todo este investimento que resulta dos impostos pagos por todos nós.

Recordo que a maioria dos que vivem nos bairros camarários, trabalha e tem as suas vidas equilibradas, mas estas pessoas não podem pagar uma renda das que atualmente se praticam no mercado habitacional, por isso precisam mesmo de uma casa de habitação social. Tomara que tivéssemos mais casas de habitação camarária para socorrer aqueles que trabalham e contribuem também para todo este investimento que se está a fazer.

Temos preocupações ao nível da requalificação, respeito pelo investimento e pelo bem-estar das pessoas e dos animais, algo que sempre fizemos, mas agora estamos a atuar com mais frequência nos bairros sociais, visitando as famílias e sinalizando as que precisam do nosso apoio semanal. Como tive oportunidade de dizer na última sessão da Assembleia Municipal, trabalhamos em articulação com outras instituições numa estratégia de combate à pobreza e à exclusão social. Quando não for possível aos técnicos da Câmara Municipal, resolverem uma determinada situação que for sinalizada, socorremo-nos perante outras entidades, algo que temos feito ao longo do tempo.

Sabemos que, muitos dos nossos inquilinos não cumpriam o regulamento aprovado em Assembleia Municipal e escondiam-nos os animais que tinham em excesso nas suas casas, mas dialogámos sempre com as pessoas no sentido de se encontrar uma solução, tendo em conta o bem-estar dos ditos animais. Procurámos sempre saber se aquele agregado familiar tinha alguém que ficasse com os animais que, em alternativa, podem ser alojados no Centro de Recolha Oficial, no qual o município de Angra, há bem pouco tempo, fez um investimento de cerca de duzentos mil euros para a sua ampliação e criação de melhores condições para os animais que são recolhidos.

Não podemos permitir que os animais coabitem em espaços que, em grande parte dos casos, não eram suficientes para as pessoas que lá viviam. Ficava muito entristecida ao ver que as pessoas se preocupavam com o bem-estar dos animais e não com as pessoas que ali viviam, sendo que, muitas vezes, uma criança não tinha o seu quarto para dormir e se desenvolver como gostamos que aconteça com os nossos próprios filhos. Recordo mais uma vez que estamos a adequar a tipologia das casas ao agregado familiar e muitas das famílias que atualmente moram numa das nossas habitações, não tinham uma casa.

Quero informar também esta Assembleia que, relativamente à Estratégia Local de Habitação, no início deste ano de 2025, deram-nos entrada 127 processos para pagamento com o orçamento do município, além dos referentes ao PRR e ao 1.º Direito, um investimento superior a 390 mil euros. No que diz respeito ao arrendamento, desde os primeiros meses do ano temos mais 38 processos correspondentes a um investimento de 84 mil euros.

Estamos a trabalhar em várias frentes para proporcionarmos melhores condições de vida às pessoas, sem esquecer o bem-estar dos animais. Não vejo como estamos a «confundir os angrenses» porque sempre fomos prestando todas as informações que acabei de referir. Em todas as sessões da Assembleia Municipal, faço questão de lembrar que este processo não está a ser fácil para qualquer município, o nosso é reconhecido como um exemplo a nível nacional e já cá tivemos os técnicos do IHRU que elogiaram o trabalho que estamos a fazer.

Fico também muito admirada quando alguém me diz que há casas que estavam melhores do que agora, o que não corresponde à verdade porque estamos a fazer um

trabalho sério que fique para o futuro. O nosso quadro da ação social aumentou e temos técnicos especializados para acompanhamento das pessoas.

Caso não o tenha dito, informo que vamos terminar as obras dos bairros dentro dos prazos porque o nosso objetivo é cumprir com tudo o que está previsto. Temos 35 milhões de euros aprovados com concursos públicos já concluídos e as outras candidaturas seguiram o seu percurso normal. A intenção do município de Angra do Heroísmo é que a sua Estratégia Local de Habitação seja cumprida a 100 %, não esquecendo que estes 93 milhões de euros são uma previsão de investimento.

Sr. d. m. César Medeiros – Foi muito esclarecedora, toda esta informação que a senhora vereadora partilhou com a Assembleia Municipal, um processo com montantes financeiros muito avultados que envolvem diferentes tipologias, uma daquelas situações em que nunca é demais repetir as informações para que as possamos assimilar. Se possível, solicito até que toda esta informação que aqui foi prestada pela senhora vereadora Fátima Amorim seja distribuída de forma resumida pelas bancadas municipais.

Relativamente aos animais e à ruralidade que o senhor presidente da Câmara referiu, hoje em dia a situação vive-se um pouco ao contrário. Eu não diria que não se trata apenas dos rurais que vieram para a cidade, mas também dos habitantes da cidade que têm um cão de pequeno porte ou um amor imensurável aos gatos, daí a existência de fezes nas escadas, portas arranhadas, tintas estragadas, o incómodo do ruído e por aí fora.

Quanto às quarenta casas que estão por construir, se possível, gostaria de saber onde se prevê a sua distribuição e qual o prazo para apresentação das candidaturas e respetiva construção.

Como último ponto, pergunto onde estão os jovens nesta Estratégia Local de Habitação que, muitas vezes, optam por uma estratégia diferente no que diz respeito ao arrendamento. Não me parece que haja muitos jovens interessados a apresentarem candidaturas para acesso a uma habitação. Gostaria de saber que soluções existem da parte do executivo para os casais jovens que auferem um rendimento mais limitado quando entram no mercado de trabalho face aos elevados custos do arrendamento e por vezes se veem obrigados a permanecer na casa dos pais. Em suma, pergunto que soluções estão também pensadas para os jovens no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Quanto às quarenta novas construções, o município possui quatro lotes de habitações geminadas sem apartamentos, três situados na Conceição e um em Santa Luzia. O loteamento está feito, os projetos de execução estão prontos e a serem revistos pela nossa Unidade de Urbanismo. Não lhe posso adiantar uma data concreta para a sua construção, mas falamos todos os dias com o gabinete de arquitetura que nos preparou todo o processo de execução destas quarenta habitações. Espero que se possa lançar o concurso a muito breve trecho, sabendo tratar-se de uma candidatura que ainda não está aprovada pelo IHRU e não será financiada pelo PRR, porque não há tempo útil para se construir quarenta novas casas até junho de 2026, mas contamos com o financiamento necessário através do 1.º Direito, cujas execuções estão previstas até 2030.

O 1.º Direito não se destina a todas as pessoas com falta de habitação; está direcionado para aqueles que vivem em condições indignas, possuem um rendimento mensal limitado e não têm capacidades financeiras para suportarem o custo de uma habitação adequada. Lembro o caso de um casal jovem em São Bartolomeu que reuniu essas condições e neste momento tem uma casa, assim como acontece noutros bairros de Angra do Heroísmo.

Não estamos apenas a requalificar casas já existentes. Houve pessoas e famílias que mudaram de bairro e foi possível recuperar casas que estão a ser distribuídas por quem necessitava de uma habitação e consta numa lista da Câmara, tratando-se, em muitos casos, de casais jovens.

Há outros programas que nada têm a ver com a Estratégia Local de Habitação nem com o 1.º Direito e abrangem muitos mais jovens do que os incluídos na ELH. Algumas destas novas quarenta casas destinam-se a jovens e não podemos esquecer que a construção de habitação social é também uma competência do Governo Regional.

O município de Angra tem uma medida de apoio ao arrendamento, que faz também parte da Estratégia Local de Habitação, e temos cada vez mais jovens que o solicitam. Havendo financiamento, futuramente poderemos concorrer a outros programas que permitam alcançar mais jovens, que são também para nós uma prioridade e precisam de um trabalho em Angra do Heroísmo, o que não estão a conseguir neste momento.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Muito boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Considero que devo acrescentar algo a este assunto, mais propriamente em jeito de desabafo. Tem sido muito grande e deve ser reconhecido o esforço desta Câmara Municipal na utilização dos fundos do PRR com as habitações, como o demonstram as percentagens de execução. Tive a ocasião de o referir aquando da entrega das casas em São Sebastião, quando não deixei palavras por dizer, apesar de, infelizmente, essa entrega não ter sido publicitada.

Quanto ao meu desabafo, como disse e muito bem o senhor presidente da Câmara Álvaro de Meneses, todos sabemos que os bairros sociais eram já um problema quando começaram e, por muito boa vontade que tenhamos, daqui a vinte anos quando olharmos para as casas que agora estão a ser renovadas, veremos que vão apresentar o mesmo problema, que é muito mais profundo, merece maior atenção ao nível municipal, regional e até nacional e todos temos essa responsabilidade.

O excesso de animais é, de facto, um grande problema, mas havia muitas outras más situações em todas as habitações, que eu próprio presenciei. Aqueles bairros sociais são também muito usados para um certo tipo de criminalidade. É dali que saem as mulas de trabalho, se faz muito do que acontece nos tráficos de droga e nos roubos em habitações e é ali que se escondem e vivem; tudo isto existe, não se vê que a situação venha a melhorar e não basta construir habitações.

A senhora vereadora Fátima Amorim referiu que alguém disse que há casas que ficaram piores do que antes; não foram muitos os casos, mas é capaz de haver algum, o que é também um problema. Houve quem fosse reabilitando e acrescentando as habitações,

fazendo com que deixassem de ser propriamente habitações de bairros sociais, que deveriam ser de cariz temporário e enquanto houvesse necessidade. Ora, se as habitações são permanentes e afinal as pessoas têm dinheiro para procederem a essas reabilitações, se calhar deveriam pensar em ir morar para outra casinha e deixar aquele espaço para quem necessitar.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2025, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município manteve toda a sua normalidade no período agora em análise. Tivemos uma melhoria muito sensível nas questões de tesouraria depois de termos passado uns tempos difíceis no fim do ano devido a atrasos no pagamento do IHRU, que foram repostos no início do ano. Neste momento estamos numa situação de plena normalidade no que diz respeito à tesouraria.

Ainda é cedo para falarmos da execução financeira e temos apenas dados relativos ao primeiro trimestre, mas o ritmo atual de execução da receita e da despesa está dentro do que seria espectável.

Temos mantido a estabilidade no nosso quadro de pessoal com alguns concursos a decorrer, que foram autorizados na sessão anterior da Assembleia Municipal, alguns na fase final, outros na fase intermédia. Tivemos quatro aposentações, o que significa que, quando os concursos forem concluídos, ficaremos com o mesmo número de trabalhadores.

No que diz respeito aos eventos e à atividade comum da Câmara Municipal, nada há a reportar fora do normal. Relembro que foi também resolvida neste período uma questão complexa, a situação dos lotes que estavam em direito de superfície na TERAMB.

Tivemos que tomar uma atitude fora do comum em relação aos Bombeiros de Angra devido a dificuldades com ambulâncias. Infelizmente, entre avarias e outros problemas, chegámos a um ponto em que tivemos um período de carência desse equipamento, por isso e com vista a reforçar a capacidade dos Bombeiros Voluntários, o município resolveu adquirir uma ambulância, que já foi paga e está algures em viagem para cá. Embora não seja propriamente da nossa competência, é também nossa competência, por isso resolvemos tomar essa atitude.

As obras do município estão também a decorrer com normalidade com dois insucessos em concursos. Já falei aqui da situação da Rua da Queimada que está em asfalto e devido à

sua localização na zona classificada, deveria passar para calçada, mas a obra ficou mais uma vez deserta por falta de candidatos.

A outra obra em que também não tivemos sucesso no concurso é construção de um armazém no Regimento de Guarnição N.º 1 que tem como objetivo a cedência ao município, desta parte de cá do Monte Brasil com vista a permitir a abertura sem restrições da visitação às muralhas. O respetivo protocolo foi assinado há cerca de dois anos e houve alguma demora na elaboração do projeto que possui características muito especiais. Ficou tudo pronto e passámos à fase do concurso, que ficou deserto; está a decorrer a segunda volta e vamos ver se desta vez conseguimos resolver o assunto dada a importância de abertura ao público desta fachada das muralhas viradas para o lado da cidade.

Ainda no que diz respeito a este processo das obras, há um conjunto de projetos que foram sendo elaborados, como a criação de mais um reservatório de água na Fonte da Telha como forma de segurança para permitir o abastecimento por gravidade no caso de uma falha elétrica ou outra situação qualquer que levante problemas de bombagem. O processo está concluído e a concurso, vamos a ver se temos sucesso e se conseguimos adjudicar.

No que toca à obra do Mercado Municipal, estamos na fase de aprovação de alguns projetos de especialidade. Ficaram resolvidas esta semana algumas questões relacionadas com o projeto de eletricidade e acho que as coisas estão a decorrer dentro do que se esperava.

Uma outra obra com algum relevo é a requalificação da Igreja do Castelo, que está também a decorrer com normalidade, assim como a construção do Centro Interpretativo na Fortaleza. São obras urgentes financiadas pelo PRR Cultura que têm que estar prontas em março do ano que vem e felizmente tudo aponta para que alcancemos esse objetivo com vista a beneficiarmos do financiamento a 100 %.

Há cerca de três semanas tivemos uma dificuldade grande com a queda de um raio na TERAMB que obrigou a uma paragem inopinada do processo, causando sérios danos em alguns equipamentos. Felizmente, com muito profissionalismo por parte de quem lá trabalha, foi possível repor a máquina em funcionamento em poucos dias, mas ainda assim o prejuízo foi bastante sensível. Existem algumas vulnerabilidades na instalação relacionadas com a segurança contra descargas atmosféricas, que precisam de ser corrigidas para que este fenómeno não volte a acontecer.

As obras do ponto de vista das vias têm vindo a decorrer com normalidade. Estamos à espera de concretizar um acordo com o Governo Regional a respeito da repartição dos custos da obra do Caminho da Ponta em São Sebastião. Ainda não foi possível chegar-se a um entendimento mas vamos ver se o Governo se chega à frente com o pagamento da sua parte para pormos essa obra na rua.

Ainda no âmbito das vias, temos tido dificuldades em contratar empresas que façam calçadas com a qualidade e a celeridade que gostaríamos. Já devem ter reparado que algumas das obras de calçada que foram feitas não têm a qualidade esperada, um problema que nos tem impedido de avançar com o processo. Não vale a pena fecharmos ruas, fazer o investimento e causar imensos incómodos quando, no fim, o resultado obtido não é a

qualidade nem a durabilidade; basta olhar para o que aconteceu ali junto aos Bombeiros em que um troço de calçada que foi repostado há cerca de dez anos está pior do que as calçadas mais antigas. Infelizmente são muito poucas as empresas na ilha Terceira que fazem calçadas como deve ser.

As restantes atividades do município decorreram com normalidade, nada havendo a apontar. Foram ditas algumas coisas sobre licenciamentos de obras, por isso peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para nos explicar melhor a situação.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Estamos com uma grande dinâmica e intensidade em termos de investimento nos processos de urbanismo e licenciamento. Tenho comigo alguns dados, que gostaria que fossem registados nesta Assembleia, dando corpo ao que acabei de referir e cujas informações estão disponíveis para quem as quiser consultar.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 deu entrada neste município uma extensa lista composta por 623 processos de vários níveis, sendo 241 referentes a licenciamento de obras de edificação e 81 para Alojamento Local, algo que implica também uma vistoria da parte do município. Os 623 processos de obras deram origem a 2866 requerimentos para solicitação de prorrogações de prazos ou entrega de elementos. Tivemos 461 processos referentes a requerimentos para licenciamento de obras de edificação, emitimos 101 licenças para obras, 171 licenças de utilização e 53 licenças para obras inacabadas, num total de mais de 332 licenças emitidas por este município. Ainda em 2024, contratou-se mais um arquiteto para reforçar esta equipa.

Congratulo-me com todos estes investimentos do município de Angra do Heroísmo, lembrando que damos prioridade aos processos que implicam grandes impactos económicos no concelho, sendo que todos têm direito a que o seu processo seja concluído com a emissão da respetiva licença de obras. São investimentos de valores muito significativos, aos quais temos que dar uma atenção redobrada, assim como aos investimentos com cofinanciamento de fundos da União Europeia, dado que estamos a terminar um período de programação.

Como estão a ver, os números que vos apresentei estão muito acima do que se verifica em relação a outros municípios. A nossa equipa de urbanismo está a dar o seu máximo para que possamos ser ainda mais céleres relativamente aos processos de licenciamento que são entregues aqui no município.

Sr. presidente da Câmara – Como complemento à intervenção da senhora vereadora Fátima Amorim, é preciso não esquecer que na maior parte dos processos existem pareceres que são obrigatórios e levam a atrasos de vários meses. Consegue-se algum grau de celeridade quando se trata de processos internos, mas quando surgem pareceres externos de diversos níveis que implicam a necessidade de consulta de múltiplas entidades, os prazos andam normalmente na casa de um mês e por vezes a chegada das respostas demora dois a seis meses.

Houve uma tentativa de se fazer um *simplex* urbanístico que não correu bem e foi um fiasco, complicando ainda mais as coisas, uma matéria que precisa de ser revista ao nível de

todo o país. Há aqui custos de contexto que deveriam ser inteiramente da responsabilidade dos municípios sem a exigência de tantas consultas externas, que são o grande empecilho ao licenciamento urbano, obrigando a que os processos fiquem parados à espera de respostas.

Sra. d. m. Magda Ávila – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Atendendo a que nos aproximamos do final do ano letivo e à importância que a educação e a formação têm nos jovens do nosso concelho, peço alguma informação mais concreta sobre o projeto Estudo Acompanhado, nomeadamente acerca da adesão e da forma como é feito o acompanhamento dos resultados.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Sou a primeira a reconhecer que o Estudo Acompanhado não tem sido um processo fácil, ao qual foi feita uma alteração que esta Assembleia aprovou. Este ano temos menos candidaturas em relação ao ano letivo anterior e lembro que em primeiro lugar terá que haver interesse da parte dos pais. Tive a oportunidade de reunir com grupos de pais em algumas freguesias do concelho para explicar o interesse que esta medida poderá despertar nos seus filhos mas, como tudo na vida, há outras oportunidades, cada um faz as escolhas que entender e se os pais não demonstrarem interesse, o Estudo Acompanhado nunca terá um número significativo de alunos.

Lembro que temos Estudo Acompanhado para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, assim como explicações para o secundário. Este ano temos uma candidatura com nove alunos da freguesia de São Mateus, que está a correr bem, e há, para o próximo ano letivo, uma intenção de candidatura da CARITAS e de outras instituições.

Além das associações de pais, reuni também com as escolas e com todos os que consideram que há interesse nesta medida. No final de cada ano letivo reúno com a entidade e com quem acompanhou aqueles jovens para fazermos um ponto da situação e verificar se é necessário algum ajuste ao regulamento que está em vigor.

O município de Angra não vai desistir desta medida, que considera importante e muito abrangente; está aberta a diversas entidades sem fins lucrativos e às próprias juntas de freguesia, mas lembro que terá que haver interesse da parte das entidades e dos familiares.

Sra. d. m. Magda Ávila – Uma vez que a adesão não tem sido a desejada e para que se possa trabalhar com antecedência para o próximo ano letivo, além das reuniões que a senhora vereadora referiu, pergunto se existe alguma estratégia ou até a possibilidade de alteração do regulamento para que haja mais adesão ao Estudo Acompanhado.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Vamos entrar no 4.º ano do Estudo Acompanhado e continuaremos com a mesma estratégia, visitando as freguesias e falando com as entidades potenciais beneficiárias desta medida. Vamos também continuar a reunir com as associações de pais, que são muito dinâmicas, e quando for oportuno abordaremos o assunto no Conselho Municipal da Juventude que é composto também por jovens das associações de estudantes, que nos podem ajudar na divulgação desta medida.

Volto a referir que não teremos muito sucesso se não houver interesse da parte das famílias. Quantos jovens do secundário temos neste momento em explicações? Poderiam aproveitar esta iniciativa que é divulgada nos centros de explicação e também nas escolas, onde pedimos que nos sinalizem os jovens que eventualmente necessitem de acompanhamento. A CARITAS recebe muitos jovens da escola Tomás de Borba com necessidades de apoio ao estudo.

Um dos aspetos que referimos é que a própria sala do Estudo Acompanhado pode ser nas escolas para que os jovens não precisem de se deslocar, o que aconteceu um ano na EBI de Angra, mas não se verificou nos anos seguintes porque os jovens têm outras atividades de ocupação dos seus tempos livres e por vezes não dispõem de tempo para aderirem a esta medida.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Ainda a respeito do que nos disse a senhora vereadora Fátima Amorim acerca dos licenciamentos, concluo então que a Câmara Municipal emitiu metade dos processos de licenciamento que deram entrada no ano 2024. Gostaria de saber qual o prazo dos processos de licenciamento da parte da Câmara Municipal, tendo em conta os constrangimentos que foram referidos acerca dos que carecem de pareceres externos, ou seja, qual o prazo dos processos de licenciamento internos e externos.

Face à importância da obra do Mercado Municipal para a cidade e para os angrenses e embora o projeto tenha sido apresentado publicamente, tal como fiz na última sessão da Assembleia Municipal, volto a deixar o repto para que o projeto e a maquete fiquem também disponíveis na página da internet do município.

À semelhança do que tem sido feito aqui na Assembleia Municipal, sugiro também que seja disponibilizada com transparência no *site* do município, toda a informação no âmbito do PRR e da habitação, incluindo o número e o estado das candidaturas apresentadas, porque é importante que os cidadãos fiquem devidamente informados.

Sr. presidente da Câmara – Tinha ideia que a informação referente à obra do Mercado Municipal estivesse já disponível, se não estiver, estará dentro de pouco tempo. A razão porque não se disponibilizou a maquete e outros documentos em lugares mais públicos prende-se com os acertos que foram feitos nas últimas semanas. O processo ficou concluído no dia em que houve a apresentação aqui, mas vamos fazer essa divulgação.

Quanto à informação referente às candidaturas, há sempre algumas dificuldades que se prendem com o regime de proteção de dados; apenas podemos colocar os números e as pessoas não podem ter acesso às candidaturas, mas tem-se publicado regularmente os valores, revelando quantos e quais. Creio que não podemos passar daí, sob pena de violarmos a privacidade dos candidatos.

O prazo dos licenciamentos varia consoante a simplicidade ou complexidade de cada caso, algo a que a senhora vereadora Fátima Amorim poderá responder de forma mais concreta.

Sra. vereadora Fátima Amorim – A maior parte dos processos de licenciamento carece de pareceres externos, que são vinculativos, sendo que alguns chegam a demorar seis meses,

porque são raros os processos que entram completos no município. Os 623 processos que há pouco referi deram origem a mais de 2800 requerimentos. Por nos chegarem incompletos, temos que solicitar as informações necessárias para os podermos analisar, e como os gabinetes de arquitetura estão cheios de trabalho, as coisas não se processam da forma célere como gostaríamos

Se um processo nos for entregue completo e não precisar de pareceres externos, conseguimos analisá-lo no prazo de um mês ou um mês e meio, caso contrário, temos processos que levam seis meses a serem analisados e estamos ainda a analisar processos de 2024. Temos casos em que solicitamos por *e-mail* ao projetista, os elementos em falta, mas o dono da obra não indicou o seu endereço de *e-mail* e não sabe que estamos a pedir-lhe os documentos. Houve situações em que os donos das obras, ao falarem comigo, não sabiam que o pedido de elementos estava do lado deles.

É óbvio que tudo isto não significa que não haja atrasos da parte do município, que neste momento está com um elevado pico de processos para analisar, mas não podemos esquecer que é uma sorte termos todo este investimento com um impacto económico muito grande no concelho de Angra do Heroísmo e há relativamente pouco tempo, aprovámos aqui em cerca de dois meses e meio o projeto do Pingo Doce.

Estamos todos a fazer um enorme esforço para que os processos sejam aprovados da forma mais célere possível. Repito mais uma vez que temos um elevado número de processos e as razões dos atrasos não se devem apenas ao município de Angra.

Sr. d. m. José Toste – Gostaria de perguntar ao executivo municipal se os pedidos de licenciamento têm aumentado sucessivamente, se esse aumento se deve ao nosso desenvolvimento económico e se é também o reflexo do investimento que foi feito no município ao longo destes anos.

Sr. presidente da Câmara – Já o tinha referido e volto a vincar que tem havido um grande aumento no investimento em imobiliário no nosso concelho, que não é ainda maior porque não há quem faça as obras. Há muitos processos aprovados cujo alvará não é levantado por falta de empreiteiros e a razão principal não tem a ver com falta de vontade do dono da obra, mas com questões de execução.

O número de processos entrados aumentou substancialmente nos últimos anos e a tendência é que continue a crescer. Devido à emissão dos documentos de não preferência verificámos que o número de imóveis transacionados no concelho tem vindo a crescer extraordinariamente. Há três ou quatro anos, tínhamos um ou dois casos por mês e atualmente chegamos a ter vários casos por dia. Há muita casa a ser vendida e comprada, o que, na maior parte dos casos, corresponde à entrada no mercado imobiliário de imóveis que estavam fechados e precisam de obras. Há de facto um grande dinamismo no investimento e na construção no nosso concelho.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Há um aspeto sobre o qual me parece importante apresentar uma solução. No caso da equipa de arquitetos, se calhar vale a pena adjudicar parcialmente. Sabemos que os funcionários têm outro tempo e outra autoridade perante

quem pede, uma atitude culturalmente de poder e não propriamente de serviço, que acontece em todos os serviços. A adjudicação parcial desta função parece-me uma medida importante para espicaçar as pessoas ou até premiar o bom desempenho internamente e não apenas através da carreira. Agora, depois de sair, confesso que me comportava de forma completamente diferente. Os coitados dos alunos das licenciaturas tinham que me aturar tipo professor do liceu e tinha que lutar pelos alunos de mestrado, senão não tínhamos mestrados.

A mesma pessoa é capaz de desempenhos diferentes e penso que algo deve ser feito quanto a isso. Lembro que, em tempos, apresentei ao professor Álamo, a ideia de fazermos um mercado municipal do *Real Estate*, que funciona mal como podemos ver através das REMAX's, etc.

Acho que esta função deveria ser estudada e testada pelos municípios, organizando a oferta que recebe a procura, ou seja, teríamos um serviço verificado e prestado por uma empresa da Câmara, registada como imobiliária, que centralizasse os pedidos da parte de quem quer vender as casas para não ficarmos nas mãos das imobiliárias, porque 50 % do dinheiro vai para fora. Poderiam ser feitos uns leilões semanais, mensais ou o que se achasse melhor. Agora tenho mais alguma experiência nesta área devido a umas coisas que estamos a vender em Lisboa.

A mesma coisa se passa com as explicações. Concorremos através desta pequena associação e não sei porque fomos excluídos, mas acho que houve pouca competitividade no mercado. Há certamente crianças que precisam de explicações extra e não têm a possibilidade de as pagar no privado. O mercado das explicações funciona e se algo não correu bem deve-se ao modelo avançado pela Câmara e pela Assembleia, que é benéfico e vale a pena reestruturar. Tenho a experiência de termos proposto e sido estranhamente excluídos, mas não é essa a minha queixa. É certamente possível fazer melhor porque o mercado funciona para as pessoas que têm possibilidades, deveria ser mais aberto e não deve ser usado como instrumento de direita, mas sim da social-democracia. Estamos um bocadinho habituados a uma atitude soviética desde o 25 de abril, confundindo a escola pública com escola do Estado, o que é grave, assim como não podemos confundir saúde pública com saúde do Estado. Temos que fazer mudanças, se quisermos ter um sistema nacional de saúde e um sistema escolar público com qualidade que ajude todos.

Sr. presidente da Câmara – Creio que o trabalho dos nossos técnicos no que diz respeito aos licenciamentos está a ser feito com eficácia, aumentou-se substancialmente a equipa e as pessoas têm-se empenhado. Fizemos sem sucesso uma tentativa de contratar fora, o que, na generalidade dos casos não é possível porque os arquitetos disponíveis são também os projetistas das pessoas, não podem apreciar os seus próprios projetos e há um problema com a dimensão do mercado.

Volto a repetir que o licenciamento se processa de forma rápida quando os processos estão completos e sem restrições, ao contrário do que acontece quando é necessária a emissão de pareceres em que o assunto é mais complexo, tem a ver com a própria organização do Estado e com uma tentativa falhada de um *simplex* que não simplificou nada.

É urgente fazer-se esta simplificação, sendo que a maior parte das questões depende da nossa Assembleia Legislativa Regional.

Se tivéssemos o dobro dos técnicos, os processos paravam na mesma. Se um processo sair da Câmara e demorar meses a regressar, os técnicos não podem fazer nada durante este período, um problema que é genérico no país, mas tem solução no caso das autonomias porque cai nas competências legislativas do parlamento regional.

A Informação da atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (11/2025/AMAH).

1.3 – Alteração ao Regulamento Municipal de Prémios de Mérito Escolar de Apoio à Frequência de Estudos Pós-Secundários e Superiores. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de um conjunto de alterações de pormenor que visam resolver duas questões que a experiência ditou. Por um lado há alunos que são inelegíveis por terem mais de 26 anos e por outro há a possibilidade de acumulação sem limites, o que leva a que alguns alunos possam teoricamente beneficiar de três entidades em simultâneo, o que não é justo nem razoável. Pretende-se corrigir estas duas disfunções, além do apoio à realização de Pós-Graduações realizadas aqui porque existe a possibilidade de abertura de um curso em Angra numa colaboração com a Universidade Católica. O município pode assumir uma parte das propinas e já que assim é, alargou-se de forma genérica para que, qualquer entidade de ensino superior devidamente creditada que queira abrir um curso na cidade de Angra possa beneficiar também destas mesmas regras, ou seja, este regulamento não se destina especificamente à Universidade dos Açores.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Apreciei por alto o documento e parece não estar claro o apoio dado a essas Pós-Graduações. São referidos três mil euros, independentemente do número de horas.

Sr. presidente da Câmara – Esse valor é balizado pelo Ministério do Ensino Superior com regras sobre a fixação das propinas em função do número de horas e o que estamos a fazer é seguir o valor que venha a ser fixado até ao limite de três mil euros.

Passo a ler o respetivo artigo: «*A bolsa de estudo tem uma participação de 50 % do custo das propinas efetivamente suportado pelo aluno.*» Somos nós que fixamos a propina. «*Para efeitos do cálculo da participação mencionada, o valor máximo da propina não pode ultrapassar os três mil euros.*»

Existe uma outra norma que tem a ver com o PRR. Quando o PRR paga, vai suportar o custo de dois mil euros no primeiro curso e nós pagaremos apenas quinhentos. O valor é modelado pela instituição que oferece o curso.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Pela análise que fiz ao documento, percebi que há vários sublinhados a amarelo e verifiquei que não há qualquer alteração entre a proposta, o documento que está na nuvem e o documento em vigor que está disponível no portal do município. Reparei ainda que não há nenhuma alteração no n.º 3 do artigo 6.º entre o atual documento e a proposta, assim como também não há nenhuma alteração na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º entre o regulamento vigente e esta proposta. Importa perceber se estes sublinhados são as propostas de alteração.

Uma outra dúvida que este regulamento me suscitou é que me parece que se diminui o apoio para estudantes de outros estabelecimentos de ensino, que não o polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, no valor de 20 % da propina.

Do que sei, esta proposta de alteração foi trabalhada em colaboração com os vereadores da oposição e tem o mérito de criar um apoio para a frequência em Pós-Graduação. Adequa-se melhor à realidade atual dos estudantes do ensino superior, dando-lhes a possibilidade de prosseguirem estudos de Pós-Graduação, por isso terá o apoio deste grupo municipal da Coligação.

Sr. presidente da Câmara – Os pontos sublinhados a amarelo são os que foram colocados a debate interno e depois reanalisados em reunião de Câmara e nalguns casos chegou-se à conclusão que seria melhor não mudar.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Podemos considerar três alterações ao regulamento, tendo a primeira a ver com a propina. No regulamento atualmente em vigor estabelecíamos o valor de mil euros de pagamento de propinas apenas para os alunos frequentadores da Universidade dos Açores no polo da Terra Chã, muito acima dos 697 euros da propina que neste momento está a ser paga pelos alunos que frequentam as diversas universidades do país. Como esta propina pode variar e para não incluirmos um valor específico, continuamos a pagar 100 % da propina que está em vigor aos alunos que frequentam a universidade na ilha Terceira e damos um apoio de 20 % para o pagamento da propina em vigor naquele ano letivo, aos alunos que estudam em estabelecimentos de ensino superior fora da ilha Terceira.

Foi também feita uma alteração aos escalões. Na reunião da Conferência de Líderes tive a oportunidade de apresentar um pequeno quadro dos nossos escalões. O 1.º escalão no regulamento em vigor era até 30 % do rendimento mínimo mensal garantido com um limite de 274,05 € de rendimento *per capita*. Este 1.º escalão dava acesso à bolsa de estudo que este ano é de 430,00 € por mês. No 2.º escalão havia um limite entre os 283,19 € e os 411,08 €, e aqui tínhamos o apoio aos juros para os alunos que tinham solicitado um empréstimo bancário. No 3.º escalão tínhamos um rendimento *per capita* superior a 411,08 €.

Com esta alteração considerámos um casal em que ambos os elementos recebem o salário mínimo nacional. Sendo o agregado familiar composto por quatro elementos, há um rendimento *per capita* de aproximadamente 456,00 € e estabelecemos que este seria o nosso 1.º escalão de rendimento *per capita* a considerar para a atribuição de bolsa de estudo, passando-se dos 274,05 para os 456,75 €.

Fizemos as contas e procurámos saber qual seria o impacto financeiro destas alterações ao regulamento. Tendo em conta os alunos que neste momento estão a frequentar os estabelecimentos de ensino superior e alguns que vão sair, considerámos o mesmo universo e aumentámos a possibilidade de mais vinte alunos a beneficiarem de bolsa de estudo no próximo ano letivo, um aumento de 67 mil euros. Atribuindo os 20 % aos alunos que frequentam universidades fora da região, tínhamos um aumento de 9656,40 € se pagássemos aos mesmos 33 alunos que frequentam a Universidade dos Açores e aos 141 que frequentam universidades fora da região.

A outra alteração é a que o senhor presidente da Câmara acabou de referir e tem a ver com um apoio à propina dos estudantes que pretendam frequentar uma pós graduação. Foi feita uma proposta pela Universidade Católica para termos cá uma Pós-Graduação em Economia, sempre em articulação com a Universidade dos Açores, que vai lançar uma Pós-Graduação em IA (Inteligência Artificial). Aqui tínhamos o pagamento de uma propina com o limite de três mil euros, sendo dois mil euros financiados pelo PRR enquanto estiver em vigor. O aluno suporta mil euros da propina, dos quais 50 % são financiados pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

A alteração ao Regulamento foi aprovada por unanimidade. (13/2025/AMAH).

1.4 – Classificação como tourada tradicional da tourada à corda que se realiza por ocasião das Festas do Espírito Santo do Império dos Remédios, sito no Corpo Santo, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2023/A de 11 de maio.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma proposta da Junta de Freguesia da Conceição feita à Câmara Municipal. Concluiu-se que a tourada à corda em causa cumpre os requisitos legalmente fixados, por isso se propõe que a mesma seja incluída na lista das touradas tradicionais.

Sr. d. m. Paulo Jorge Silva (presidente da J. F. da Conceição) – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, colegas deputados municipais.

Estamos a falar de umas das festividades centenárias que este ano de 2025 comemoram 175 anos.

A Irmandade do Divino Espírito Santo do Império dos Remédios foi fundada em 1850, tendo sido na altura criada uma coroa pela família que habitava o Solar dos Remédios, antigo orfanato Beato João Baptista Machado, atualmente sede da Secretaria Regional da Saúde, com a finalidade expressa de honrar o Divino Espírito Santo. Contudo, importa sublinhar que a coroa principal criada na altura é datada precisamente de 1850, o que deixa perceber que desde aquele tempo o Divino Espírito Santo do Império dos Remédios é celebrado com a fé e a devoção que ainda hoje se assiste.

Até 1909, no Domingo da Trindade, o Divino Espírito Santo era festejado na Igreja dos Remédios que fica junto ao edifício do Solar dos Remédios. Em 1909 um grupo de moradores do bairro do Corpo Santo decidiu construir um Império em pedra, precisamente no Largo dos Remédios em frente ao Solar onde passaram a ser comemoradas as festas do Divino Espírito Santo dos Remédios.

Por razões de urbanização e alargamento da rua que hoje é a Rua Jacinto Cândido, em 1959 a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo decidiu transferir o Império, pedra por pedra, para a Rua Francisco de Ornelas junto à Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem no bairro do Corpo Santo.

A partir do ano de 1959 as festividades continuaram a ser celebradas no Domingo da Trindade. Vários relatos indicam que, desde 1959 até hoje, houve sempre touradas à corda, o que perfaz 66 anos. Aliás, consta que, aquando da construção do Império no Largo dos Remédios em 1909, as festividades já incluíam toradas à corda, o que corresponde a mais de um século de touradas.

Face ao exposto, entendemos ser da mais elementar justiça, atribuir a esta tourada à corda, o estatuto de Tourada Tradicional. Muito obrigado.

A Assembleia Municipal aprovou o pedido, por unanimidade. (14/2025/AMAH).

1.5 – Pedido da Samsic Portugal – Facility Services, S. A., para autorização de atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais – lote 3 – Centro Cultural e de Congressos de AH e Teatro Angrense. Para autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 134/2024 de 2 de abril.

Sr. presidente da Câmara – A lei confere às empresas com uma elevada percentagem dos seus trabalhadores, remunerados com o salário mínimo nacional, a faculdade de pedirem uma atualização extraordinária sempre que seja o salário mínimo seja atualizado. É o que acontece aqui, a empresa cumpre os requisitos legalmente fixados, por isso é uma obrigação nossa permitir esta atualização.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Pergunto se o contrato é feito para todos os serviços de limpeza, independentemente do número de vezes que se procede à limpeza dos edifícios. Deveria ser um contrato base que variasse com a utilização dos edifícios, caso contrário estaríamos a pagar a pessoas que não estão em funções em parte do tempo. Como não sei como o contrato está feito, agradeço os esclarecimentos.

Sr. presidente da Câmara – Os edifícios são agrupados de acordo com a tipologia da sua utilização, ou seja, há diferentes tipos de remuneração de acordo com a utilização dos respetivos edifícios. O Centro Cultural e de Congressos e o Teatro Angrense aparecem aqui agrupados porque não são utilizados diariamente. O contrato de limpeza respeitante a este edifício onde nos encontramos é diferente pelo facto de ser composto por escritórios.

A Assembleia Municipal autorizou o pedido, por unanimidade. (15/2025/AMAH).

1.6 – Relatório anual de sinistralidade laboral da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, relativo ao ano de 2024. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Durante o ano 2024 foram dez os funcionários que sofreram alguns acidentes no período de trabalho, assim como no percurso entre as suas residências e o município e vice-versa. A maior parte das causas dos acidentes está relacionada com quedas e com a utilização de ferramentas ou outros equipamentos que provocam algumas feridas. Não aconteceu nada de grave mas há aqui pormenores interessantes para analisar e serão tomadas medidas de prevenção. Os acidentes ocorrem normalmente às segundas-feiras entre as 10h00 e as 11h59min e entre o dia oito e o dia quinze de cada mês.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (16/2025/AMAH).

1.7 – Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2024. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Este relatório corresponde ao cumprimento de um requisito legal. O nosso relacionamento com a oposição tem sido pautado pelo respeito mútuo e este relatório é exatamente o reflexo disso.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – No âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, o PSD propôs várias medidas para execução no orçamento para 2025. Gostaria de saber o ponto da situação do projeto-piloto para criar valências municipais de apoio à infância e se o Totem de Socorro há pouco referido pelo senhor vereador Paulo Lima será colocado apenas na zona de banhos do Fanal ou é transversal a todas as zonas balneares e de banhos do concelho.

Sr. presidente da Câmara – No que diz respeito às valências de apoio à infância, temos mantido a colaboração necessária com as diversas instituições, foram feitos vários investimentos nessa área e tem sido dado cumprimento àquilo que foi acordado.

Quanto ao Totem de Socorro, por ora temos apenas um e vamos ver como funciona; se for bom, compraremos mais porque não vale a pena importarmos uma tecnologia sem a testarmos devidamente. O equipamento será colocado no Fanal dentro de pouco tempo e veremos se é durável e resistente ao vandalismo. Infelizmente, todos os equipamentos que têm sido colocados em espaços públicos, têm sido objeto de vandalismo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (17/2025/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa que debatamos em conjunto os Pontos 1.8 e 1.9, já que são a mesma realidade.

Posto à consideração, não houve oposição da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Como já tive oportunidade de dizer, a TERAMB teve em 2024 um excelente ano de laboração com um resultado positivo de 481 721,64 €. É uma das poucas empresas públicas que tem dado lucro de forma consistente, apesar de manter a tarifa de tratamento de resíduos mais baixa do país. O nosso congénere a seguir está nos setenta euros e nós estamos a praticar 60 % do preço de quem vem a seguir. Para este bom resultado contribuíram as boas vendas de eletricidade no ano passado em que tivemos menos deslastramentos. Isto permitiu que a receita obtida fosse substancialmente aumentada, o que deu origem a este lucro de quase meio milhão de euros. Como já referi, tivemos um pequeno incidente com a queda de um raio que, felizmente foi ultrapassado, mas vamos ter que fazer algum investimento vultoso nos próximos meses. Não haverá distribuição de dividendos porque este valor vai ser todo reinvestido na melhoria da segurança da instalação.

O PARU (Plano de Ação de Resíduos Urbanos) é um documento obrigatório para as empresas que fazem gestão de resíduos e foi elaborado nos termos legais e regulamentares. Contém as *guide lines* para o bom funcionamento da instalação e está aqui para conhecimento da Assembleia Municipal.

1.8 – Comunicação da TERAMB, EM, remetendo proposta do Plano de Ação de Resíduos Urbanos - PARU. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (18/2025/AMAH).

1.9 – Comunicação da TERAMB, EM, remetendo o Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2024. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (19/2025/AMAH).

2. DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para o Conselho de Ilha, no seguimento dos pedidos de renúncia naquele Conselho de Carlos Costa Neves e José Miguel Freitas Toste. Para votação por escrutínio secreto, da eleição da deputada municipal da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM Luísa da Costa Barcelos e do deputado municipal do PS Carlos Jorge Belerique Ormonde.

Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos com 32 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contra, para representação no Conselho de Ilha, os deputados municipais propostos – Luísa Barcelos e Carlos Ormonde. (20/2025/AMAH).

3. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

3.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco. Para votação por escrutínio secreto.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE PESAR FALECIMENTO DO PAPA FRANCISCO

Jorge Mario Bergoglio nasceu em Buenos Aires, em 1936, numa família de origem italiana, e faleceu a 21 de abril de 2025 na Casa de Santa Marta na Cidade do Vaticano.

Ingressou na Companhia de Jesus, em 1958, primeiro no Chile e depois em Buenos Aires. Na Universidade Católica de Buenos Aires graduou-se em Filosofia no ano de 1960.

Ensinou Literatura e Psicologia, no Colégio Imaculada, na Província de Santa Fé, e no Colégio do Salvador, em Buenos Aires, e Graduou-se em Teologia em 1969.

Foi ordenado presbítero no dia 13 de dezembro de 1969, em 1973 foi nomeado Mestre de Noviços, no Seminário da Villa Barilari, em San Miguel, e no mesmo ano foi eleito superior provincial dos jesuítas, na Argentina.

Entre 1980 e 1986 foi Reitor da Faculdade de Filosofia e Teologia de San Miguel, e após o Doutoramento na Alemanha, foi confessor e Diretor Espiritual em Córdoba.

O Papa João Paulo II em 20 de maio de 1992 nomeou-o Bispo Auxiliar de Buenos Aires, mais tarde, nomeado Arcebispo Coadjutor e, em 28 de fevereiro de 1998, tornou-se Arcebispo Metropolitano.

Em 21 de fevereiro de 2021 recebeu o título de Cardeal-Presbítero de São Roberto Belarmino.

Em 13 de março de 2013 foi eleito Papa da Igreja Católica e Chefe de Estado do Vaticano escolhendo o nome de Francisco, uma referência a Francisco de Assis, “sua simplicidade e dedicação aos pobres”.

Foi o primeiro Bispo de Roma a ser membro da Companhia de Jesus, o primeiro nascido no continente americano, do hemisfério sul, e o primeiro pontífice não europeu em mais de 1200 anos, sendo o primeiro Papa jesuíta da História e o primeiro a usar o nome de Francisco.

Ao longo de sua vida pública, o Papa Francisco destacou-se por sua humildade, preocupação com os pobres e compromisso com o diálogo inter-religioso. Ele sustentava que a Igreja deveria ser mais aberta e acolhedora e apoiava a ação sobre as mudanças climáticas, um dos focos de seu papado com a promulgação da encíclica “*Laudato si'*”. Apoiou a causa dos refugiados durante as crises migratórias da Europa e da América Central e deu ênfase ao combate de abusos sexuais por membros do clero católico, tornando obrigatórias

as denúncias e responsabilizando quem as omite. Foi e é conhecido pela sua postura a favor da justiça social e a sua simplicidade e dedicação aos pobres.

Embora o Papa Francisco não se tenha deslocado aos Açores relacionou-se com a Igreja Açoriana, de muitos modos ao longo dos últimos 12 anos.

Em junho de 2015 nomeia D. João Lavrador como Bispo Coadjutor de Angra, em pleno jubileu da misericórdia, virtude tão querida de Francisco.

Em setembro de 2015 recebe em Roma D. António Sousa Braga, então bispo de Angra, e no ano seguinte aceita a sua resignação como 38.º Bispo de Angra.

Em 2017 encontra-se em Fátima com D. João Lavrador, então 39.º Bispo de Angra.

Em março de 2018 ordena Bispo o jorgense Mons. José Avelino Bettencourt, então chefe do protocolo da Secretaria de Estado do Vaticano, atualmente núncio apostólico nos Camarões.

Em setembro de 2022 recebe em Roma o Administrador Diocesano, P. Hélder Fonseca Mendes, entregando-lhe um terço, que no dia seguinte este coloca na imagem de N.ª S.ª dos Milagres da Serreta, onde permanece, unindo assim o Papa Francisco a este santuário local.

Em novembro de 2022 nomeia D. Armando Esteves Domingues, então bispo auxiliar do Porto, como 40.º Bispo de Angra.

Em agosto de 2023, aquando das Jornadas Mundiais da Juventude encontra-se em Lisboa com um milhar de jovens açorianos.

Vários foram os discursos, homilias, saudações e bênçãos que proferiu durante os seis dias das Jornadas, dos quais cito duas das frases mais marcantes, e cito:

“Substituí os medos pelos sonhos, não sejais administradores de medos, mas empreendedores de sonhos.”

Na igreja há espaço para todos. E, quando não houver, por favor façamos com que haja, mesmo para quem erra, para quem cai, para quem sente dificuldade. Todos, todos, todos.”

Fim de citação.

Dois factos unem o Papa Francisco, de um modo especial aos açorianos: a sua experiência da emigração, com uma grande compreensão de tudo o que ela implica, e a ligação a um dos primeiros jesuítas do mundo, bem conhecido na América do Sul, o angrense João Baptista Machado, padroeiro da diocese de Angra e dos emigrantes açorianos. O beato João Baptista Machado é o modelo de uma «Igreja em saída» ou do «discípulo missionário», a que Francisco tanto apelava. Em Angra, Francisco reconheceria a sua igreja do Colégio de Santo Inácio de Loyola.

Dos seus inúmeros documentos destacam-se *Evangelii gaudium* sobre o seu programa de ação (2013), *Laudato si* sobre a casa comum e o desenvolvimento ecológico integral (2015), *Amoris Laetitia* sobre o casamento e a família (2016), *Christus Vivit* sobre os jovens e o discernimento vocacional, (2019), *Fretelli Tutti* sobre a amizade social e a fraternidade universal (2020) e *Dilexit Nos*, sobre o amor e o Coração de Jesus (2024).

Foi um homem de causas, frontal e com a consciência dos tempos e desafios que se colocam à humanidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2025, nos termos regimentais aplicáveis, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco, e que este voto seja dado a conhecer à Diocese de Angra, ao Patriarcado de Lisboa e ao Senhor Núncio Apostólico.

Angra do Heroísmo, 30 de abril de 2025.

A Mesa da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Apenas para associar a Câmara Municipal ao voto que aqui é proposto. É de facto um voto que nos faz sentir próximos da maioria da nossa população, os que são católicos, e também próximos daqueles que, embora não sendo católicos, reconheceram no Papa Francisco um ser humano extraordinário.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

É com emoção que, em nome dos vereadores do PSD, nos associamos a este Voto de Pesar, não só como católicos, mas também como mulher – no meu caso – porque o Papa Francisco deu um novo olhar da Igreja sobre as mulheres, e acima de tudo como cidadã do mundo, que todos somos, como ele nos lembrou quando referiu que temos uma casa comum que é este planeta.

As memórias são imensas e homens como ele não morrem, transformam-se em referências universais. Recordamos a forma ecuménica como lidava com as outras religiões, a visão humanista e enternecedora que tinha das nossas fraquezas enquanto seres humanos e o olhar sobre os mais frágeis e sobre a ecologia, que era algo de novo na Igreja.

O Papa Francisco foi pioneiro em tantas, tantas coisas. Fica o exemplo, fica a saudade e fica a referência. Uma das suas frases que mais me comove e esperamos poder recordar para sempre é a seguinte: «Só é legítimo olharmos para outro ser humano de cima para baixo quando estivermos a estender a mão para ajudá-lo a levantar-se.»

Sra. vereadora Brites Cunha – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Poderíamos passar muito tempo a falar do Papa Francisco, que diríamos pouco a respeito do ser de luxo que foi e da referência que deixou no mundo. O Voto de Pesar faz menção a muitos aspetos que vale a pena ressaltar. Que ele seja um exemplo para quem está nestas lides da liderança.

O Papa Francisco tomou sempre uma atitude anticlericalista, sendo muitíssimo frontal e exigente para com os seus, principalmente aqueles que exerciam vários tipos de abusos, para além dos sexuais que são os mais visados. Era um ser de uma humildade sem precedentes,

que punha em prática, e tinha uma capacidade de diálogo frutífera e muito consequente. Que nos ilumine e inspire a todos.

Aconselho os que estão nesta casa e servem a causa pública, a lerem a Carta Encíclica «Fratelli Tutti» de sua autoria, que nos deve servir de base quando pretendemos servir o outro e não a nós próprios.

Nesta altura em que decorrem os nove dias de luto pelo falecimento do Papa Francisco, que é também a antecâmara do Conclave, aconselho a todos os que são crentes que rezem para que o Espírito Santo ilumine os cardeais que vão eleger o próximo papa no sentido de dar continuidade ao trabalho deste, porque só assim poderemos assistir a um mundo que, claramente, pretende melhorar.

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, após votação por escrutínio secreto, ao qual a Câmara Municipal também se associou. (21/2025/AMAH).

4. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDP-PP – PPM):

4.1 – Voto de Congratulação pelos 25 anos do Bailinho do Porto Judeu. Para votação.

A senhora deputada municipal Honória Leandro procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

BAILINHO DO PORTO JUDEU

É com grande entusiasmo e profundo respeito que propomos este Voto de Congratulação ao **Bailinho do Porto Judeu**, em celebração das suas Bodas de Prata - 25 anos de dedicação, criatividade e alegria que têm iluminado a nossa ilha. A história deste icónico grupo remonta ao ano 2000, quando dois grupos distintos, **O Rei Vai Nu** que deu origem ao espetáculo **A Máquina dos Artistas**, uniu-se para criar o que viria a tornar-se uma das mais significativas manifestações artísticas da nossa região: o tradicional bailinho de Carnaval. Esta celebração genuinamente terceirense, carregada com o humor característico da nossa terra, conquistou rapidamente os corações do público.

Foi nesse ambiente de pura diversão e espontaneidade que se formou o espírito que, mais tarde, daria origem ao consagrado grupo **Fala Quem Sabe**. No entanto, o Bailinho do Porto Judeu, em si, tem sido a verdadeira essência da sua identidade, com um conjunto de músicos talentosos que, com as mais variadas influências e vertentes musicais, reinventam e marcam de forma única o Carnaval terceirense. Com uma fusão de estilos e sonoridades, os músicos do Bailinho, com a sua energia vibrante, tornaram o Carnaval num espetáculo de cor, música e emoção, que atrai cada vez mais admiradores.

O **Bailinho do Porto Judeu** é composto por músicos multifacetados, com uma vasta gama de experiências musicais que vão do tradicional ao contemporâneo. A criatividade e a diversidade das suas atuações têm dado uma nova vida à tradição, criando uma sonoridade única que distingue o grupo no panorama cultural da ilha Terceira. Esta reinvenção constante da música popular, aliada ao forte componente de humor e espontaneidade, tem sido uma das suas principais características, tornando o Bailinho numa referência obrigatória do Carnaval.

Em 2004, com o tema "**A Revolução das Vacas**", o Bailinho do Porto Judeu atingiu o auge da sua popularidade, e foi com esta produção que o grupo ganhou maior notoriedade. A partir deste momento, o Bailinho solidificou a sua posição como um dos maiores embaixadores da cultura açoriana, com um legado de diversão e celebração que se perpetuou ao longo dos anos. Este sucesso deu origem ao grupo **Fala Quem Sabe**, que, embora derivado do Bailinho, seguiu um percurso distinto, mas com o mesmo humor e a mesma crítica social que o tornaram famoso, sendo a "**A Revolução das Vacas**" o ponto de partida para a sua fama. O seu compromisso com as raízes e a identidade cultural da nossa terra manteve-se sempre inalterado. Os seguidores do Bailinho sabem que, a cada espetáculo, serão transportados para um mundo de alegria, boa disposição e calor humano, onde o riso e a celebração estão garantidos.

Este grupo tem sido uma verdadeira celebração do humor e da música açoriana, mantendo a tradição, mas também inovando e modernizando-a de forma constante. O seu trabalho tem sido um pilar da cultura terceirense, e o Bailinho do Porto Judeu é, sem dúvida, um dos maiores embaixadores da nossa identidade cultural.

Que os próximos anos sejam igualmente brilhantes para o Bailinho, que continue a encantar novos públicos e a preservar a riqueza da nossa tradição, levando sempre a sua arte com talento, paixão e, acima de tudo, amor pela cultura açoriana. Parabéns pelos 25 anos de uma jornada repleta de sucessos, risos e, principalmente, de um imenso carinho pela nossa terra!

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2025, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos de atividade, do Bailinho do Porto Judeu.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia da Vila de Porto Judeu, ao Bailinho do Porto Judeu e à Direção Regional da Cultura.

Angra do Heroísmo, 30 de abril de 2025.

O Grupo Municipal do Partido Socialista.

O Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM.

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (22/2025/AMAH).

4.2 – Voto de Congratulação pelos 50 anos do Terceira Automóvel Clube. Para votação.

A senhora deputada municipal Ana Fortuna procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50 ANOS DO TERCEIRA AUTOMÓVEL CLUBE

No próximo dia 26 de maio de 2025, o Terceira Automóvel Clube (TAC) celebra com orgulho e entusiasmo o seu 50.º aniversário – meio século de dedicação ininterrupta ao desenvolvimento do desporto motorizado na Ilha Terceira e nos Açores.

Fundado em 26 de maio de 1975, o clube começou de forma determinada a marcar presença no panorama desportivo regional. Ainda nesse ano, organizou em conjunto com a então Associação dos Desportos de Angra do Heroísmo a prova de ciclismo “Primeiro Passo do Ciclismo”. Pouco depois, o I Circuito do Cabrito viria a ter um enorme sucesso, sendo mesmo distinguido com louvores oficiais.

No ano seguinte, em 1976, o TAC apoiou a primeira participação de equipas terceirenses na Volta à Ilha de São Miguel – um momento simbólico de integração regional e cooperação desportiva. Em 1977, o clube obteve o seu alvará oficial de organizador de provas automobilísticas, abrindo caminho para uma era de crescimento e afirmação.

O ponto de viragem deu-se em 1978, nos dias 31 de março, 1 e 2 de abril, com a realização do Rali Primavera – a primeira prova oficial organizada pelo TAC e o arranque dos ralis federados na Ilha Terceira. Foi o início de um percurso imparável.

Ralis, perícias, rampas, provas de todo-o-terreno, motocross, karting, passeios de clássicos, basquetebol, natação... Desde então, o Terceira Automóvel Clube nunca mais parou de dinamizar o calendário desportivo da ilha, promovendo eventos que mobilizam atletas, voluntários e público de toda a região e fora dela, e afirmando-se como uma verdadeira referência no desporto automóvel nacional.

Por isso, nesta ocasião simbólica dos seus 50 anos, endereçamos os mais sinceros parabéns ao clube, aos seus fundadores: Amândio Pastor, Joaquim do Carmo, Luís Gabriel Martins, Luís Brás e Jorge Azevedo e a todos quantos contribuíram para esta notável história de sucesso.

Recordamos, com gratidão e respeito, os presidentes que lideraram o TAC ao longo das décadas e que ajudaram a moldar a sua identidade e trajetória:

Manuel Fonseca, Fernando Fausto Martins, Jorge Medeiros, Francisco Maduro-Dias, Carlos Soares, Francisco Almeida, Carlos Costa Neves, Gualter Coelho, Péricles Ortins, José Manuel Bettencourt, José Pedro Cardoso, Gerardo Louro da Rosa, Ana Isa Cabral e Paulo Silveira.

Em boa hora, este clube nasceu — fruto da visão de um grupo de apaixonados pelo desporto motorizado e do esforço coletivo de muitos. Hoje, o TAC é parte indelével da identidade desportiva e cultural da Ilha Terceira.

Saibamos todos fazer valer-lhe a história, honrar o seu legado e projetar o seu futuro.

Parabéns, Terceira Automóvel Clube. Viva os próximos 50 anos!

Os grupos municipais do PS e da Coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM propõem nesta Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário do TAC.

Que este voto seja dado a conhecer aos órgãos sociais do TAC e à Direção Regional do Desporto.

Angra do Heroísmo, 30 de Abril de 2025.

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (23/2025/AMAH).

4.3 – Voto de Congratulação pela realização da Expo Atlantic Terroir. Para votação.

A senhora deputada municipal Magda Ávila procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DA EXPO ATLANTIC TERROIR

A primeira edição da Expo Atlantic Terroir, decorrida entre os dias 4 e 6 de abril deste ano, no Parque Multissetorial da ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, tornou realidade uma ambição de valorizar o setor vitivinícola dos Açores.

Ao longo de três dias, a Expo Atlantic Terroir reuniu produtores, especialistas, comerciantes e apreciadores de vinho, num evento de excelência e rigor, com foco na valorização da vitivinicultura açoriana, mas também no estabelecimento de sinergias com parceiros do setor, a nível nacional e internacional.

Assim, esta edição pioneira foi uma montra do que de melhor se faz na produção vitivinícola dos Açores, potenciando a sua identidade única, de produção com preservação das tradições e paisagens de vinha, aliada à inovação técnica e digital. Também ficou demonstrada a capacidade do setor vitivinícola regional, para a criação de valor económico e como produto turístico nos Açores.

Com um programa enriquecedor, a Expo Atlantic Terroir contou com provas comentadas, jantares vînicos, fóruns de discussão, palestras técnicas e uma gala de distinção de agentes do setor, além de espetáculos musicais, experiências gastronómicas e provas, num equilíbrio de atividades para públicos mais especializados e público em geral, o que reflete o dinamismo e potencial do setor vitivinícola.

Esta iniciativa pioneira foi promovida pela Comissão Vitivinícola da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, com o apoio dos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, do Governo Regional dos Açores, da GRATER, da Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos, da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, da Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória, da Câmara Municipal de Vila do Porto e da Universidade dos Açores.

Desta forma, a primeira edição da Expo Atlantic Terroir foi um sucesso, pela prova de dinamismo e capacidade organizativa das entidades envolvidas, pela adesão significativa de produtores, técnicos e demais parceiros que se uniram a esta edição e pela participação de centenas de pessoas, num reconhecimento público de continuidade de iniciativas desta natureza.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2025, a aprovação de um voto de congratulação pela realização da Expo Atlantic Terroir.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Comissão Vitivinícola da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, à GRATER, à Associação de Municípios Portugueses do Vinho, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Câmara Municipal de Vila do Porto, à Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos, à Escola Profissional da Praia da Vitória e à Universidade dos Açores.

Angra do Heroísmo, 30 de abril de 2025.

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (24/2025/AMAH).

4.4 – Voto de Saudação pelos 50 anos das primeiras eleições democráticas em Portugal. Para votação.

A senhora deputada municipal Luísa Barcelos procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 50 ANOS DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM PORTUGAL

A 25 de abril de 1975, decorrido exatamente um ano da Revolução de Abril que pôs fim à Ditadura do Estado Novo, realizaram-se as primeiras eleições democráticas em Portugal. Estas eleições permitiram o exercício do direito ao voto, de forma livre, igual e justa a todos os cidadãos portugueses, pelo que assinalam o arranque de uma nova era de liberdade e democracia em Portugal.

Estas que foram as primeiras eleições em Democracia tiveram o ónus de união popular em prol da construção de um Portugal livre, plural e democrático, sendo com entusiasmo e responsabilidade pelo caminho construído ao longo destas 5 décadas que se assinala esta data.

As primeiras eleições democráticas em Portugal contaram com uma participação massiva da população, consciente e ansiosa por ser parte ativa no processo de construção de um Portugal democrático.

Nos Açores, não foi exceção: a adesão ao processo eleitoral, com uma participação superior a 90 %, revelou a determinação dos açorianos em serem voz ativa no novo regime que se construía no país e a ambição pela autonomia regional perante o todo nacional.

Os próprios resultados eleitorais nos Açores foram reflexo da qualidade cívica, do pluralismo de ideias e da vontade de mudança que já trespassava no país, logo nos primeiros meses de Democracia.

Ao sufrágio realizado nos Açores, nos antigos distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, concorreram 6 forças partidárias, sendo que, num universo de 144 157 votantes, 59,4 % deram o seu voto ao PPD, agora PSD, 26,8 % ao PS e 3,5 % ao CDS, ainda que o MDP, o PCP e o MES tenham obtido uma expressão eleitoral reduzida, com uma votação de 2,3 %, 1,9 % e 0,8 %, respetivamente.

Nas primeiras eleições democráticas em Portugal, foram 6 os açorianos eleitos à Assembleia Constituinte. Pelo Partido Popular Democrático João Bosco Soares Mota Amaral, Américo Natalino Pereira Viveiros, José Manuel Costa Bettencourt, Ruben José de Almeida Martins Raposo e Germano da Silva Domingos, e ainda, pelo Partido Socialista, Jaime José Matos da Gama.

Ao se assinalar meio século de participação eleitoral livre em Portugal, é feita homenagem a todos quantos lutaram pela liberdade que o regime democrático trouxe ao país. É invocada a eleição dos primeiros eleitos democráticos açorianos que, no quadro da Assembleia Constituinte, pugnaram por uma Autonomia Política e Administrativa, de que os Açores e a Madeira usufruem. É dada nota de que a participação eleitoral é um dever e um direito cívico imprescindível ao regime democrático.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2025, a aprovação de um voto de saudação pelos 50 anos das primeiras eleições democráticas em Portugal.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República, ao Representante da República nos Açores, aos antigos deputados João Bosco Soares Mota Amaral, Américo Natalino Pereira Viveiros e Jaime José Matos da Gama, e bem assim às famílias de José Manuel Costa Bettencourt, Ruben José de Almeida Martins Raposo e Germano da Silva Domingos.

Angra do Heroísmo, 30 de abril de 2025.

O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade. (25/2025/AMAH).

4.5 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores. Para votação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores

Faleceu no passado dia 11 de março de 2025, na Ilha Terceira, José Henrique Henriques Simões Flores, personalidade de grande relevo no panorama médico, cívico e cultural açoriano. Natural de Angra do Heroísmo, onde nasceu a 8 de abril de 1936, foi filho de Henrique Henriques Flores e de Maria Alvarina Valadão Simões Flores.

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1964, com notável aproveitamento académico, cedo se distinguiu pela sua dedicação à prática clínica e pelo seu percurso de serviço público. Durante a sua juventude universitária em Coimbra, onde deixou uma marca inesquecível, foi dirigente do Orfeon Académico, quando da digressão aos Estados Unidos da América, no Outono de 1962.

Exerceu medicina com dedicação inabalável, primeiro em contexto militar durante o serviço em Angola, entre 1967 e 1970, e depois na sua terra natal, onde, a partir de 1975, integrou o corpo clínico do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira como um dos primeiros Cirurgiões Gerais. Mais tarde, assumiu a Direção Médica dessa instituição, deixando um legado de exigência, inovação e humanismo. Com especial interesse pela Medicina de Catástrofe, participou em formação internacional e empenhou-se na sua introdução no ensino e na prática regional.

Homem de causas e de instituições, foi fundador do Rotary Clube de Angra do Heroísmo a 13 de outubro de 1978, tendo sido seu Presidente durante 4 anos, apadrinhou também a fundação do Rotary Clube da Praia da Vitória, foi Cônsul Honorário da Grécia para várias ilhas dos Açores, dirigente de diversas entidades associativas, desportivas e culturais, como foi o exemplo da sua intervenção proactiva na fundação do Clube Desportivo de Tiro aos pratos na Ilha Terceira.

Foi Confrade da Confraria do Queijo da Serra em Oliveira do Hospital desde a sua criação em 1989.

Mesmo após a sua aposentação em 2004, manteve-se ligado à comunidade, nomeadamente através da doação do espólio do laboratório de análises clínicas do seu pai ao Museu de Angra do Heroísmo, perpetuando assim a memória e o contributo da sua família para a ciência nos Açores.

Quem com ele privou, recorda um homem de inteligência rara, frontalidade desarmante e humor fino, dotado de uma profunda humildade e sentido de lealdade. Um amigo fiel, um clínico incansável, um cidadão exemplar.

Assim, os Grupos Municipais do PS e da coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores.

Delibere-se ainda o envio deste voto à família enlutada, ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, à Ordem dos Médicos e à Embaixada da Grécia em Portugal, como testemunho da nossa gratidão e reconhecimento.

Angra do Heroísmo, 30 de abril de 2025.

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (26/2025/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Terminámos a nossa Ordem de Trabalhos. Na sequência do que tem sido habitual, dou-vos a informação que, na reunião da Conferência de Líderes ficou deliberado que a próxima sessão da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 13 de junho.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações, que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores. Agradeço a vossa participação e tolerância, desejando a todos a continuação de um bom trabalho. Até ao dia 13 de junho.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 15h00 do dia 30 de abril de 2025, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha